

ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 16-10-2023.

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alvoni Medina, Biga Pereira, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Hamilton Sossmeier, presidindo, concedeu a palavra a Padre Sandro, da paróquia São Vicente Mártir, que divulgou a XVIII Romaria em Louvor a Nossa Senhora Desatadora dos Nós. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e um minutos às quatorze horas e trinta e quatro minutos. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Jeronimo Braga, Presidente da Associação Amigos do Museu da Brigada Militar, que se pronunciou acerca da Restauração da bibliografia histórica. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Comandante Nádia, Adeli Sell, Mônica Leal, Márcio Bins Ely e Idenir Cecchim manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e oito minutos às quinze horas e três minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Hamilton Sossmeier, presidindo, apresentou Requerimento, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente ao período de Comunicações. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso dos 35 anos do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA), nos termos do Requerimento nº 183/23 (Processo nº 0983/23), de autoria de Jonas Reis. Compuseram a Mesa: Hamilton Sossmeier, presidindo; Cindi Regina Sandri e João Ezequiel Mendonça da Silva, Diretores Gerais do SIMPA; Irineu Pedro Foschiera, Presidente da Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre - ASTEC; Marília Iglesias, Presidente da Associação dos Servidores do Hospital de Pronto Socorro - ASHPS; Roselia Siviero Sibemberg e Isabel Letícia Medeiros, respectivamente Diretora de Assuntos Educacionais e Diretora Geral da Associação dos Trabalhadores/as em Educação do Município de Porto Alegre - ATEMPA; Adinaldo Soares de Fraga, representante do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul - SENGE; Edson Zomar de Oliveira, Bete Charão, César Daniel de Assis Rolim e Assis Brasil

Olegário Filho, respectivamente Diretor de Formação Sindical, Diretora Administrativa, Diretor de Comunicações e Diretor Financeiro do SIMPA. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Jonas Reis, proponente, e Cindi Regina Sandri e João Ezequiel Mendonça da Silva, que agradeceram a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e seis minutos às dezesseis horas e onze minutos. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Mônica Leal. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta e Comandante Nádia. Às dezesseis horas e quarenta e três minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Requerimento nº 200/23 (Processo nº 1087/23). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 045/23 (Processo nº 0091/23), após ser encaminhado à votação por João Bosco Vaz, Adeli Sell e Pedro Ruas. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 045/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 045/23. Foi apregoado o Ofício nº 3375/23, firmado por Sebastião Melo, Prefeito, por meio do qual encaminha o Projeto de Lei do Executivo nº 035/23 (Processo nº 1100/23), que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2024. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Mônica Leal, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 061/23 (Processo nº 0125/23), bem como aprovado Requerimento, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, solicitando inclusão, na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão, da apreciação do Requerimento nº 061/23 (Processo nº 0246/23). Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 021/23 (Processo nº 0782/23), por trinta e dois votos SIM, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 061/23 (Processo nº 0246/23), por vinte votos SIM, dez votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Prof. Alex Fraga, tendo votado Sim Alvoni Medina, Claudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, votado Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e optado pela Abstenção Adeli Sell. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 127/23 (Processo nº 0269/23), após ser discutido por Airto Ferronato e Adeli Sell. Durante seu pronunciamento, Airto Ferronato formulou Requerimento verbal, solicitando “o adiamento da votação”, o qual foi posteriormente aditado por Moisés

Maluco do Bem e corrigido pela Diretoria Legislativa para discussão. Cláudia Araújo, presidindo, declarou encerrada a discussão. Moisés Maluco do Bem indagou se o Requerimento verbal de Airto Ferronato, solicitando adiamento, será votado. Cláudia Araújo, presidindo, perguntou a Moisés Maluco do Bem por quantas Sessões gostaria de adiar, ao que Moisés Maluco do Bem respondeu que seria por duas Sessões (aditamento ao Requerimento de Airto Ferronato). Cláudia Araújo, presidindo, declarou reaberta a discussão da matéria. Foi aprovado Requerimento Verbal de Airto Ferronato, aditado por Moisés Maluco do Bem, solicitando o adiamento, por duas sessões, do Projeto de Lei do Legislativo nº 127/23. Cláudia Araújo, presidindo, informou que Jonas Reis apresentou Requerimento, solicitando o adiamento, por duas Sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 224/22 (Processo nº 0435/22). Esclareceu que a discussão dessa matéria já foi adiada por cinco Sessões, não cabendo mais novo adiamento. Sugeriu a modificação do pedido para retirada de priorização, com o que Jonas Reis concordou. Foi aprovado Requerimento formulado por Jonas Reis, solicitando a retirada da priorização do Projeto de Lei do Legislativo nº 224/22 (Processo nº 0435/22). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 135/15 (Processo nº 1454/15), após ser discutido por Tiago Albrecht e Ramiro Rosário e encaminhado à votação por Márcio Bins Ely. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 135/15. Foi aprovada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 135/15. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 135/15. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por José Freitas, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Cláudia Araújo, presidindo, informou que, por equívoco, não foi votada a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 135/15, pondo a ela em votação. Na oportunidade, foi aprovada a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 135/15. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Marcelo Sgarbossa, solicitando o adiamento, por uma Sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 093/23 (Processo nº 0202/23). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 300/21 (Processo nº 0733/21), após ser discutido por José Freitas. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 300/21. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 300/21. Foi rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 300/21, por doze votos SIM e quatorze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta e Tiago Albrecht, tendo votado Sim Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino, e votado Não Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Claudio Janta, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 300/21. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Gilson Padeiro, solicitando alteração na ordem de

apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando o adiamento, por uma Sessão, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 011/23 (Processo nº 0661/23). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 017/23 (Processo nº 0041/23), após ser encaminhado à votação por Gilson Padeiro. Em Votação, foi rejeitado o Requerimento nº 181/23 (Processo nº 0975/23), após ser encaminhado à votação por Comandante Nádia, Jessé Sangalli, Biga Pereira, Tiago Albrecht, Idenir Cecchim, Giovanni Culau e Coletivo, Jessé Sangalli e Mauro Pinheiro, por onze votos SIM e treze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Tiago Albrecht e Comandante Nádia, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Claudio Janta, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Alvoni Medina, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Na oportunidade, foi constatada inexistência de quórum deliberativo, para a Ordem do Dia, em verificação solicitada por Aldacir Oliboni. Às dezoito horas e quarenta minutos foi encerrada a Ordem do Dia, por inexistência de quórum deliberativo, em verificação de quórum solicitada por Aldacir Oliboni. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Jessé Sangalli. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Jonas Reis. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão: o Projeto de Lei do Executivo nº 025/23; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 133/20, 166, 349, 455, 530, 543, 548, 561, 563, 581, 586, 587, 588, 589, 591, 592, 594 e 604/23; e os Projetos de Resolução nºs 058, 063, 064, 073, 074, 075, 076 e 077/23. Às dezoito horas e cinquenta e dois minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier e Cláudia Araújo. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde. O Sr. Sandro Mello, padre da Paróquia São Vicente Mártir, está com a palavra.

SR. SANDRO MELLO: Boa tarde a todos e todas que aqui estão. É um grande momento, uma grande alegria podermos estar aqui. Eu, padre Sandro, Paróquia São Vicente Mártir, a Casa da Desatadora dos Nós, estou aqui e também um grande grupo de paroquianos, por favor se manifestem, que veio neste momento. Nossa saudação ao Sr. Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier, e a todos os vereadores e vereadoras que aqui estão; à Ver.^a Lourdes Sprenger, que também nos deu a graça de podermos estar neste momento. E, realmente, estamos aqui também como aquela questão que nós somos uma sociedade que busca a paz, que busca o amor, que busca a solidariedade e que busca

transmitir justamente aquilo que nós cremos e acreditamos: a mensagem de Jesus. A mensagem de Jesus é que nós tenhamos vida, uma vida plena e vida em abundância. Nós sabemos também que temos diversos credos aqui com certeza, e viemos convidando a vocês para o dia 3 de dezembro, a partir das 9h, com saída da Igreja Sagrado Coração de Jesus, no bairro Tristeza, até a Igreja São Vicente Mártir onde, às 10h, teremos a celebração da Santa Missa. Nós, católicos, também unidos a todas as outras comunidades religiosas, queremos expressar justamente isso, o nosso amor a Jesus e também a nossa devoção a ela, a mãe de Jesus, a Desatadora dos Nós. Então queremos que, neste momento, você que também nos acompanha, que nos assiste e todos que aqui estão, venham participar conosco, é momento de graça, é momento de bênção e queremos estar juntos, proclamando o nome de Jesus pelas ruas, através da sua mãe, ela caminha conosco.

Nós queremos neste momento, agradecendo muito, muito, por nos darem esta oportunidade de estarmos aqui. A Paróquia São Vicente Mártir, como toda paróquia católica, não pode existir sem ter um trabalho de assistência social; toda paróquia católica tem que ter um trabalho de assistência. Por graça de Deus e também muito por causa da devoção, nós podemos acompanhar em torno de cem famílias que são acompanhadas pela nossa pastoral social com alimento, com trabalhos de acompanhamento, agora, voltamos ao trabalho de artesanato e também essa presença espiritual que nós queremos ter. Então, agradecemos a todos os nossos vereadores, amigos, que nos dão essa oportunidade de estar aqui – eu, o padre –, juntamente com o meu povo que aí está. Então, dia 3 de dezembro queremos contar com a presença de vocês. Muito obrigado também, em nome da comissão; existe uma comissão que também está trabalhando durante este ano para que aconteça esse momento. Muito, muito, muito obrigado – a minha palavra é essa – aos vereadores e vereadoras, à Lourdes, a nossa gratidão. Gratidão é a palavra correta, gratidão pela vida, gratidão por todo bem que nós podemos fazer. E desejo a vocês, vereadores, que façam isso, façam o bem. O povo precisa muito, muito, muito que vocês façam o bem para o nosso povo. E que Deus abençoe esse espaço, Deus abençoe todos que aqui trabalham e a bênção de Deus esteja sempre conosco no dia de hoje. E se derrame essa bênção, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém!

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, padre Sandro, que veio aqui apresentar a programação da XVIII Romaria em Louvor a Nossa Senhora Desatadora dos Nós. É uma programação específica e importante para o dia 3 de dezembro.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente Hamilton Sossmeier; nosso padre Sandro, é com alegria que recebemos mais uma vez a Nossa Senhora Desatadora dos Nós na nossa Câmara Municipal. Eu gostaria de divulgar, através da Paróquia São Vicente Mártir, a Romaria em 3 de dezembro, que ela é de muita fé, ali na Zona Sul, e lembrar que a gente também, como políticos e também religiosos, incluímos no calendário das festividades municipais a nossa procissão da Nossa Senhora

Desatadora dos Nós. Parabéns, padre Sandro! Que esteja muito iluminada essa procissão. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente Sossmeier, colegas, público que nos assiste, padre Sandro e toda a sua equipe que vem aqui da Desatadora de Nós. Quero dizer que é uma bênção recebê-los aqui nesta Casa, para que possamos realmente ser iluminados por essa mãe e que a gente possa desatar os nós que existem em tantas coisas no dia a dia que estamos vivenciando, seja os nós da falta de liberdade, seja os nós da fome das pessoas, do meio ambiente, da guerra, que infelizmente terroristas do Hamas estão ali fazendo a mortandade de crianças inocentes em Israel, enfim, que nós possamos juntos trabalhar em prol da paz e da vida, desatando nós. Estarei lá, com certeza. Parabéns, Ver.^a Lourdes, por trazer a paz neste momento tão necessário, não apenas em Porto Alegre, mas no mundo. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Presidente Hamilton Sossmeier, saudando aqui o nosso pároco da Igreja São Vicente Mártir, trazendo aqui a imagem da Nossa Senhora Desatadora dos Nós, que com certeza não só dará força e superação para que esta Casa se direcione a lutar pela justiça, pela dignidade das pessoas, porque não é só na igreja, não é só na santa missa, não é só a palavra do pároco, do padre que conseguem mover multidões, nós sabemos o quanto temos que orar, rezar. Cada um de nós tem o nosso Deus, ou até não tem; muitos são ateus, não acreditam em Deus. Nós respeitamos, mas não deixamos de lutar para convencê-las de que todos nós temos o nosso Deus, e, por isso a proteção divina é mais que importante. Queria parabenizá-lo pelo trabalho social, V. Exa. traz aqui um grupo de conselheiras, sejam bem-vindas aqui, do conselho paroquial, possivelmente. Com certeza, nós estaremos lá no dia 3 também, para o próximo ano nós temos algum compromisso já assumido, esperamos que a cada dia essa vontade, essa superação de evangelização continue cada vez mais forte na sua comunidade, como em toda a nossa querida Porto Alegre. Bem-vindo aqui, sempre estamos juntos. Um abraço.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Também quero fazer aqui uma saudação ao padre Sandro, também à nossa comunidade da Paróquia São Vicente Mártir, sejam bem-vindos. Em especial, quero cumprimentar também a Ver.^a Lourdes, estamos

com a representação do Simpa também nos acompanhando, sejam bem-vindos, também quero me somar a essa iniciativa da Nossa Desatadora dos Nós, cumprimentando pelo trabalho ali na Zona Sul, em nome do Ver. João Bosco Vaz, deste vereador, e fazer uma saudação também. Um abraço fraterno.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Agradecemos a presença do padre Sandro, da Paróquia São Vicente Mártir. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h31min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h34min) Estão reabertos os trabalhos. Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Amigos do Museu da Brigada Militar, que tratará de assunto relativo à restauração da bibliografia histórica. O Sr. Jeronimo Braga, presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. JERONIMO CARLOS SANTOS BRAGA: Boa tarde, caro Presidente, Ver. Hamilton, prazer em vê-lo, retornar a vê-lo e conversar com o senhor. Começamos uma tarde, como hoje, com uma bênção, com essa apresentação, é maravilhoso, eu acho que seremos bem abençoados nas nossas apresentações. Quero aproveitar e cumprimentar o Ver. Adeli, companheiro de velhas lutas do campo da cultura, especialmente no Curso de Turismo, lá da PUC, fizemos belas jornadas; e a Comandante Nádia, que é apoiadora incansável dos nossos projetos de restauração da cultura e da história.

(Procede-se à apresentação.)

SR. JERONIMO CARLOS SANTOS BRAGA: A Associação dos Amigos do Museu da Brigada Militar tem por função ajudar a preservar o patrimônio e o acervo histórico da corporação e do Estado, de modo a oferecer à sociedade uma visão permanente do que foi a história da Brigada, de quase 190 anos. O museu fica na Rua dos Andradas, 498, e está aberto à visitação pública, todos os dias no turno da tarde.

O que eu vou apresentar aos senhores é um projeto que tem como objetivo a captação de recursos para restaurar a bibliografia do museu. Esse projeto foi aprovado pela Lei Rouanet, em 2018; de 2019 a 2021, nós captamos recursos e os colaboradores foram aqueles que nós vemos ali: Gerdau, Vento Sul Energia e Montepio MBM, recursos votados pela lei no valor de R\$ 420 mil.

O nosso principal objetivo – isso que é importante – é tornar público e permitir o acesso à bibliografia da Brigada Militar, de modo que – está lá nesse prédio que eu falei – todo o público tenha acesso e venha conhecer padrões da história que nós guardamos nessa bibliografia, que é muito importante. Nós montamos uma oficina, essa oficina trata da higienização e proteção do livro, um por um, da catalogação e da organização da biblioteca. A proteção do livro, um por um, passa necessariamente por folhear cada livro, página por página, limpar primeiro, depois folhear novamente cada livro, página por página, e passar produtos de defesa para que traças – traças principalmente –, não ataquem mais os livros. Esse trabalho na oficina é tão forte, Ver.^a Mônica – prazer em vê-la –, que a acetona que nós temos de usar, só podemos comprar com a liberação da Polícia Federal – vejam por aí como é importante –, e o técnico trabalha uma semana e folga 15 dias, face a esse tipo de produto. Então, é trabalho sério, competente, com técnicos programados e devidamente registrados. Nesse momento, nós estamos catalogando e organizando a biblioteca. Na etapa dois, nós vamos digitalizar e colocar à disposição para o público em geral.

Em seguida, agora em novembro, por esse conhecimento adquirido, nós vamos oferecer dois cursos, vamos divulgá-los depois, na última semana de novembro, ensinando aos interessados como preservar e como guardar livros e compêndios que são importantes, tanto em casa, com coisas mais fáceis, não precisamos usar produtos tão fortes, como em biblioteca de escolas e por aí fora.

Vou passar para os senhores, saindo só do discurso, alguma ideia do material que nós temos lá, como por exemplo alguns livros de interesse político: O Povo era um jornal do governo do Estado, federalista, durante a Revolução Farroupilha. Então, ali tem uma coleção quase completa do jornal O Povo, que dá um retrato de como era a sociedade do Rio Grande do Sul, está lá conosco. Outro exemplo, nós temos o livro Psicologia dos Acontecimentos Políticos Sul-Rio-Grandenses, um livro de 1923. Qual era a visão psicológica dos acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul em 1923? Bem ali, quando estava começando a Revolução de 1923 e de 1924. Temos também, ainda, mais um livro, O Comitê Republicano Combatendo a Oligarquia, um livro de 1916. Olha que coisa impressionante para os senhores que vivem na vida política, conhecer o que se pensava, o que passava na cabeça das pessoas naquele tempo. Nós temos ainda o jornal A Federação, do Partido Republicano – uma coleção do jornal A Federação –, de 1884, quer dizer, o pesquisador, o curioso, o interessado na história, lendo isso, é ótimo. Temos também o álbum ilustrado do Partido Republicano castilhista, um partido importantíssimo no Rio Grande do Sul, aos enormes e aos grandes, que conta toda a história e a visão do partido castilhista e quem eram os componentes do partido castilhista, um a um, nome por nome.

Em termos de história geral, por exemplo, Porto Alegre em Revista, de 1926, que não fala só de Porto Alegre, fala de todos os municípios do Rio Grande do Sul, como era a constituição dos municípios em 1926, a produção de cada município e a organização política de cada município. Muito interessante esse livro.

Temos ainda também – isso aí é impressionante! Sabem o que é isso? Isso é o brasão de Pedro Álvares Cabral, de um livro de história sobre o Brasil e a sua história, de 1895, que começa com o brasão de Pedro Álvares Cabral, que eu fiz questão de trazer. Onde estão salteados ali, naquele escudo, dois carneiros, porque a família de Pedro Álvares Cabral não tinha nada de marítima, eles eram criadores de carneiros. E alguns dizem que Pedro Álvares Cabral, na primeira vez que botou o pé no navio, foi para vir descobrir o Brasil. Interessantíssimas essas obras que se têm lá, não é?

Temos ainda a revista Saga, da época da década de 1940, que retrata bastante coisas da história do Brasil, aquele tipo de edição que nós tínhamos naquele tempo, que está à disposição dos senhores. Temos também esse livro interessante, Os Lusíadas, que é de 1879, foi impresso em Bruxelas, encomendado aqui do Brasil por uma editora. Brasil. O que ele tem de interessante? Vocês podem dizer: Os Lusíadas, quem não conhece? Mas ele tem de interessante que ali na capa, naquelas letras pequenas, está escrito o seguinte: edição publicada pelo doutor Abílio César Borges para uso das escolas brasileiras, na qual se acham supressas, tiradas todas as instâncias que não devem ser lidas pelos meninos. Ora pois, Camões foi censurado aqui no Brasil em 1884. É um espetáculo ver esse tipo de coisa que nós temos lá na nossa bibliografia! Além de outros volumes, eu estou trazendo dois ou três aqui, imaginem o que tem mais, são 7 mil compêndios. Aí nós temos uma série de folhetos sobre, um a um, os municípios do Rio Grande do Sul. A coleção dos municípios, também, lá dessa época da década de 1940, município por município. Como é que era o meu município lá nessa década? Vamos lá olhar, que está lá, o folheto editado pelo governo do Estado na época, que é a coleção dos municípios; é um negócio de interesse social. Nós temos ainda o Almanaque da Guerra, de 1874. Quem no Rio Grande do Sul acha que pode ter algum parente que foi na Guerra do Paraguai, que esteve por lá, vamos encontrá-lo nesse Almanaque da Guerra, de 1874, editado pelo então Ministério da Guerra, pelo então Duque de Caxias; vejam só o valor extraordinário que tem para o pesquisador esse material, não é? Temos uma coleção extraordinária, que são as Aquarelas do alemão Herrmann Rudolf Wendroth, de 1852; ele esteve aqui no Rio Grande do Sul, andou pelo Rio Grande do Sul, e a cada lugar que ele foi, pintou uma aquarela sobre flores, paisagens, família, costumes do Rio Grande do Sul – esse conjunto de aquarelas. Inclusive estamos pensando, já falamos com a Ver.^a Nádia, nós vamos tentar expor aqui, na Câmara de Vereadores, mais adiante, mais para o fim do ano. Aí está uma ideia de uma das aquarelas dele, de uma das páginas. Temos ainda também a famosa coleção da Revista do Globo, completa, toda ela doada para o Museu da Brigada Militar, encadernada do número 1 ao último número. Está aí a capa da revista de 1946, para ver como era. O pessoal de publicidade e propaganda gosta muito de ver isso, como era o reclame, a propaganda naquele período, a propaganda do Alka-Seltzer, do Melhoral, do Biotônico Fontoura, do Fimatosan, do xarope Bromil e tantos outros, e de terrenos da praia do Quintão. Isso está tudo lá.

E aí temos, como última apresentação, um momento da proteção social. Esse é o decreto que institui o meio-soldo em 1925, porque, até 1925, a família do componente da Brigada Militar, sempre que havia o falecimento dele, não recebia nada, acabou, o

salário era dele. Pronto, acabou. A família tinha que dar um jeito na vida, se virar, sair virando cambota por aí. Então se criava uma série de miseráveis. Com a revolução de 1923 e 1924, onde muita gente morreu em combate, aqui em Santa Catarina, em São José do Oeste, por ali, tem 18 componentes da corporação enterrados, em combate que teve por ali; no Cemitério de Santo Anastácio, em São Paulo, tem mais uns 22 ou 23, e tantos outros que morreram em outros pontos do Estado de São Paulo e daqui do Rio Grande do Sul. Morreram em combate, e a família não ganhava nada, não valia nada. Então, a instituição, a pressão social fez com que o governo instituísse o meio-soldo; significa que, quando o componente da corporação falecesse, a família passava a ganhar metade do salário dele, pelo menos não ficava sem nada. Essa foi a primeira ação social forte do Estado para com a corporação da Brigada Militar.

Acho que cumpri o tempo regulamentar, Sr. Presidente, para fazer essa apresentação. O Sr. Presidente Hamilton teve a honra de nos visitar lá em nossa oficina, conhecer todo o trabalho de restauração da bibliografia, teve que calçar luvinhas brancas para mexer nas obras, conhecer o museu, e ele é uma das nossas testemunhas que pode dizer aos senhores vereadores o que encontrarão por lá. Depois nós vamos distribuir para os senhores todos uma revista que trata do projeto, que os senhores podem ler com mais calma. Eu agradeço muito pela oportunidade que me foi dada e que foi dada à Associação Amigos do Museu da Brigada Militar e cumprimento mais uma vez, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convidamos o Sr. Jeronimo Braga a fazer parte da Mesa.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente Hamilton, colegas vereadores, querido, sempre comandante-geral da Brigada Militar, coronel Jeronimo Santos Braga; o senhor, que já foi diretor da Famecos, já foi diretor do acervo de biblioteca, já foi da PUC também, da gráfica da EdiPUCRS, enfim, tem um trabalho maravilhoso e agora está capitaneando a Associação Amigos do Museu da Brigada Militar. A Brigada Militar se funde à história do Rio Grande do Sul, e é ela que desde os primórdios, desde a Revolução Farroupilha, se faz presente no Rio Grande do Sul, e preservar essa memória que o senhor nos traz hoje aqui é fortalecer não apenas a identidade da Brigada Militar, mas também fortalecer a identidade do povo gaúcho, fazendo com que as pessoas possam ter acesso a obras que são sensacionais, obras que muitas pessoas, muitos adolescentes sequer teriam a possibilidade de estar vendo, manuseando, nessa forma que o senhor traz hoje, através do museu da Brigada Militar, que conta a história do Rio Grande do Sul. Dizer que eu fico muito orgulhosa de pertencer a essa unidade, mais ainda de saber que o senhor, coronel Jeronimo, está fazendo com que o acervo seja mantido, seja melhorado e esteja digitalizado. Aos colegas eu tenho a dizer que nós estamos num processo de um projeto de lei que torna o Museu da Brigada

Militar uma entidade de interesse público do Município, porque a sua sede é em Porto Alegre. A partir de termos votado para ser de utilidade pública a Associação Amigos do Museu da Brigada Militar – aliás, qualquer um de nós pode se associar a essa entidade – , nós podemos também fazer o repasse de emendas para que o museu possa continuar com essa trajetória de digitalização, de preservação do seu acervo para relevantes pesquisas que possam vir a acontecer por parte dos nossos acadêmicos. A restauração e preservação do acervo é permanecer com a nossa história do Rio Grande do Sul. Vida longa à Associação Amigos do Museu da Brigada Militar, que possamos cada vez mais cultivar, aprimorar e fortalecer as histórias, a partir da nossa história contada do Museu da Brigada Militar. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Hamilton, é uma alegria muito grande estar aqui com o Jeronimo, essa figura ímpar, estando no comando dessa associação. Eu gosto de pesquisar ruas de Porto Alegre, já me vali do acervo da Brigada, inclusive fui lá verificar alguma coisa sobre o tenente Ary Tarragô, lá encontrei assentamentos dessa figura, como de outros tantos, mas vi que a gente estava precisando, já havia um processo de limpeza, de arrumação, mas a digitalização é fundamental. E nós queremos colaborar para que o Museu da Brigada tenha todo o acervo preservado, porque, como o senhor falou há pouco, coisas da história, da Guerra dos Farrapos, por exemplo, tem dados que lá poderão estar e que talvez outros não pesquisaram ainda; tem figuras importantes, vou citar, por exemplo, o coronel Niederauer, de Santa Maria, cujos restos mortais se encontram ainda no Paraguai, serão trasladados para cá. Nós temos um compromisso com um amigo nosso de fazer um documentário sobre essa figura, já tem alguma coisa escrita; assim, talvez, juntos poderemos fazer o resgate de algumas personalidades importantes, históricas, e por que aconteceram determinadas questões, como por exemplo a história crível do Aparício Borges, que quase ninguém sabe, mas ele era da Brigada Militar. Então isso é muito importante que a gente possa resgatar. Obrigado, Jeronimo, de coração é bom lhe encontrar aqui.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente Hamilton, querido colega e amigo, coronel Jeronimo, fico sempre pensando como me dirigir ao senhor, como coronel, como importante figura da restauração da vida desse museu ou como sempre diretor da minha querida faculdade Famecos, onde eu cursei jornalismo? Eu, como ex-secretária da cultura do Estado do Rio Grande do Sul, sei da importância de um museu que guarda a nossa história, a nossa memória, que é tão importante. Lembro que o meu pai tinha uma frase que dizia: “Nós, quando sabemos de onde estamos vindo,

vamos saber para onde iremos.” Então, parabéns. Conte com o meu total apoio nessa caminhada vitoriosa. O Rio Grande do Sul e Porto Alegre agradecem. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Hamilton, também quero fazer aqui uma saudação muito especial ao coronel Jeronimo. É uma alegria, uma satisfação a gente perceber esse entusiasmo quanto à restauração e à preservação do acervo do Museu da Brigada Militar. Acho que a história da Brigada se confunde com a história do povo gaúcho, pelos relevantes serviços prestados. Quero em meu nome e no do Ver. João Bosco Vaz também trazer um abraço fraterno em nome da bancada do PDT, nosso partido, cumprimentá-lo pelo trabalho e dizer que somos parceiros dessa empreitada. Um grande abraço. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente. Coronel Jeronimo, o senhor já era comandante da Brigada Militar e eu era um gringinho, que trabalhava no governo Pedro Simon junto com Gilberto Mosmann – eu era o chefe de gabinete do Gilberto Mosmann. O senhor sempre foi à frente do seu tempo. O então governador Pedro Simon dizia: “O Jeronimo é diferente. Ele tem jeito para conversar. Ele sabe achar um jeito sem ser duro”. O Pedro Simon sempre disse isso, e eu vejo agora, coronel Jeronimo, que o senhor não é da reserva só. O senhor é um coronel atuante. Para quem se dedica a fazer esse trabalho que o senhor faz, o senhor não foi para a reserva, o senhor continua ativo, ajudando a preservar aquilo de bom. E quantas coisas boas a Brigada faz! Nós temos aqui bons exemplos, a Simone, a Comandante Nádia. Elas mantêm o nível da Brigada Militar naquilo de bom que se faz para o cidadão. O senhor traz aqui no dia de hoje uma história fantástica e mostra que a Brigada Militar não é só o soldado que está na tropa, não é só o coronel que está no comando, é uma continuação de estado. Parabéns, coronel Jeronimo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Nesse momento, me somo também a essa homenagem à Associação Amigos do Museu da Brigada Militar e agradecemos a presença do coronel Jeronimo Braga. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h58min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h03min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Presidente, eu gostaria somente de reiterar o convite para os vereadores e as vereadoras. Hoje, às 18h, nós vamos fazer a abertura da exposição sobre Brumadinho. Queria agradecer a V. Exa. também e dizer que foi distribuído para os vereadores um livro, um pôster da exposição. Em Brumadinho, como todos já sabem, em 25 de janeiro de 2019, nós tivemos o rompimento da barragem. Foram 272 mortes e três pessoas ainda estão desaparecidas. Hoje, nós vamos contar aqui com a presença de alguns familiares, mães de vítimas. Então, para quem puder se fazer presente, abrilhantar os trabalhos da iniciativa do nosso gabinete em favor da reconstrução de Brumadinho, fica o convite. Pela atenção muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Márcio Bins Ely, pelo convite.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do 35º aniversário do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre – Simpa, nos termos do Requerimento nº 183/23, de autoria do Ver. Jonas Reis.

Convidamos para compor a Mesa: Sra. Cindi Regina Sandri, diretora-geral do Simpa; Sr. João Ezequiel Mendonça da Silva, diretor-geral do Simpa; Sr. Irineu Pedro Foschiera, presidente da Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre – Astec; Sra. Marília Iglesias, presidente da Associação dos Servidores do Hospital de Pronto Socorro – ASHPS; Sra. Roselia Siviero Sibemberg e Sra. Isabel Letícia Medeiros, respectivamente diretora de Assuntos Educacionais e diretora-geral da Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre – ATEMPA; Sr. Adinaldo Soares de Fraga, representante do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul – Senge/RS; Sr. Edson Zomar de Oliveira, diretor de Formação Sindical do Simpa; Sra. Bete Charão, diretora administrativa; César Daniel de Assis Rolim, diretor de Comunicações, e Sr. Assis Brasil Olegário Filho, diretor financeiro do Simpa.

O Ver. Jonas Reis, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente Hamilton Sossmeier, no seu nome cumprimento todas as vereadoras, vereadores e também estendo o cumprimento aqui em nome da Cindi, cumprimentando todos os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, o João Ezequiel, a Marília, o Irineu, a professora Isabel, o Adinaldo, a Bete Charão, o César, o Assis, o Edson, também o Dr. Alexandre, a Roseli do Simpa, a Márcia Apolo também, enfim, várias pessoas, servidoras e servidores públicos hoje, porque essa homenagem que nós fazemos, que a Câmara faz, não é só a uma instituição que completa 35 anos de história, mas é a tantas e tantas gerações. Cindi, tu que estás neste momento aposentada, mas na luta, na ativa, como diretora-geral do sindicato, foram muitas gerações que construíram tudo isso que a gente conhece como Porto Alegre. E aí eu quero dizer aqui que o Simpa e todas as instituições que estão aqui hoje fizeram parte da história de constituição da cidade, são 99 escolas construídas por operários, por engenheiros, arquitetos, habitadas por professores, monitores, trabalhadores da educação, da higienização, da alimentação escolar, e é incalculável a quantidade de pessoas que passam e recebem o serviço público. Eu falo aqui como aluno, fui aluno da rede municipal de ensino, na escola Anísio Teixeira, sete anos estudando numa escola municipal de altíssima qualidade. Então eu sou agradecido imensamente pelos servidores públicos municipais, municipais, professoras que me ajudaram na construção da minha cidadania, do direito de nós podermos levar a nossa palavra, levarmos a nossa voz enquanto cidadãos. Hoje a gente representa uma parcela significativa da população aqui na Casa, mas também representando os anseios desta luta coletiva por construção de direitos.

É importante lembrar que o Simpa foi o primeiro sindicato de servidores públicos do Brasil que veio lá da associação; o Edson, à época, fazia parte que também foi um dos primeiros presidentes – Edson Zomar, lutador histórico da cidade. Foi o primeiro sindicato, cinco dias depois da promulgação da Constituição Federal estava fundado o Simpa, na defesa dos direitos dos porto-alegrenses, das porto-alegrenses. E foram vários os enfrentamentos, inclusive, com diversos governos; as pessoas muitas vezes falam que os sindicatos são de esquerda, mas o Simpa fez muita luta quando o governo era Alceu Collares, quando o governo era Olívio Dutra, quando era Tarso Genro, quando era Raul Pont, quando era Verle, e todos os outros que vieram de outras orientações, que não orientação da Frente Popular. Havia sempre o enfrentamento na valorização do serviço público, isso é fundamental reconhecer, porque o Simpa não faz sua luta por direitos, ele faz a luta por uma cidade mais humana, mais inclusiva, porque a valorização do servidor significa valorizar a política pública, porque quem opera lá na ponta, na assistência social, que recebe a pessoa mais vulnerável, Ver. Pedro Ruas, é aquele trabalhador que fez concurso, que recebe aquele problema e tenta dar seguimento para resolver. A mesma coisa na educação; de manhã, às 7h30min, quantas vezes eu vi colegas professoras, ao invés de começar a aula, ter que pegar um aluno pela mão, no

inverno frio, rigoroso, de Porto Alegre, um aluno de chinelo de dedo e sem meia, de bermuda no inverno, e ir procurar um agasalho na escola. Essa é a imagem que eu tenho da servidora, do servidor público, e essa homenagem é a todas e todos vocês. Inclusive quero aqui frisar uma imagem recente, um trabalhador do saneamento faleceu em trabalho lá no DMAE, e havia lá uma sobrecarga de trabalho, mas ele estava lá para garantir o saneamento, para não deixar parar o fornecimento do serviço à população. Então a gente tem que reconhecer que eles estão lá, a gente não vê, mas eles estão lá fazendo acontecer a Porto Alegre e eles estão por todos os lugares, inclusive, aqui nesta Casa, muitas municipais e municipais.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Jonas Reis; Presidente Hamilton Sossmeier. Cumprimento V. Exa. pela iniciativa muito importante, muito justa e merecida. Sendo V. Exa. um integrante também, apesar de jovem histórico da categoria, tem toda lógica, toda coerência essa homenagem. Eu quero homenagear esse conjunto de milhares de trabalhadores nas pessoas da Cindi, nossa diretora; do nosso diretor João Ezequiel; da Marília Iglesias. Eu quero, vi aqui alguns nomes que eu, além do Edson e do Assis, que não precisaria estar anotado aqui, João, mas fazer referência ao Irineu Foschiera – Astec. No Edson Zomar, eu já falei. Não falei no César Rolim; a Bete Charão, que está ali; o nosso engenheiro, o Adinaldo, que representa o Senge. E eu queria dizer para vocês, e serei muito breve, algo que sempre me chamou atenção – já falei para o João Ezequiel isso, Marília, Cindi – no Simpa e continua me chamando, eu acho o Simpa extraordinário, não apenas por que luta com muita garra pela categoria profissional que representa, muito mais do que isso, o Simpa, meu caro Jonas Reis, está em todas as lutas. Isso é muito importante! Estar nas lutas corporativas da categoria? Evidente que sim, essa é a sua função precípua, constitucional, mas estar nas lutas de todos, de todas, estar nas lutas para preservar a água, estar nas lutas contra a homofobia, estar nas lutas contra o racismo, estar nas lutas pela dignidade palestina, estar nas lutas pelos direitos humanos, estar nas lutas por memória, verdade e justiça na ditadura militar. Então fica aqui, Presidente Sossmeier, o meu registro. Eu acompanho há muitos e muitos anos, sou decano nesta Casa e acompanho o Simpa com muito orgulho. O Simpa nos orienta muito em várias questões, têm um conhecimento extraordinário e, acima de tudo, uma capacidade de luta por si e pelos demais. Parabéns ao Simpa, que outros tantos anos venham pela frente. Felicidade a vocês.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Ver. Pedro Ruas. Concedo um aparte ao Ver. Aírto Ferronato.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Caro Presidente Hamilton, senhoras e senhores, vereadores, servidores e demais pessoas que estão conosco nesta tarde, quer trazer um abraço ao amigo Ver. Jonas Reis e cumprimentá-lo pela proposição, afinal são 35 anos do Simpa. Eu assumi pela primeira vez aqui na Câmara há 34 anos, tenho

acompanhado a história, a trajetória, as conquistas, as não conquistas que aqui aconteceram. Quero saudar o nosso amigo João Ezequiel, que está representando o Simpa, a Cindi, que está conosco, o Irineu Fosqueira, da Astec, a Marília Iglesias, do HPS, a Isabel Medeiros, da ATEMPA, o Adinaldo Fraga, do Senge, o Edson Zomar, amigo de longa data, a Bete Charão, o César Rolim e o Assis, que tivemos a oportunidade de sermos secretários no mesmo período e estivemos juntos por longa data. Quero dizer aos colegas comandantes do Simpa e a todo servidor municipal que já tivemos, sim, as nossas derrapada. Em alguns momentos nós não estivemos junto, vocês sabem disso, e sei quanto foi difícil, mas quero registrar, amigo Jonas, que nessa caminhada toda eu estive na esmagadora maioria das vezes junto com o Simpa, defendendo as posições do Simpa. Eu quero registrar a todos vocês o respeito e a admiração que tenho pelo sindicato, que acompanho as lutas de vocês, que sei do envolvimento de todos na jornada que é representar o servidor público e de uma das tarefas que eu acho fundamental, que é a ação corporativa. Também sou servidor público, vocês sabem disso, e valorizar o servidor público e o serviço público é o caminho a perseguir pelo bem da própria sociedade e pelo bem da própria democracia. Aquele abraço, amigo Jonas, parabéns mais uma vez.

Vereador Marcelo Sgarbossa (sem partido): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Jonas, parabéns pela homenagem, eu acho que deveria partir do Jonas mesmo esta homenagem. O Jonas, a gente sabe que é um atuante político no Simpa, é um ator político, o Simpa faz parte dessa história, então, nada mais legítimo, Jonas, do que você apresentar esta homenagem. Eu lembrei, depois da fala do Pedro, e essa espécie de parceria que o Aírto Ferronato está falando, está dizendo que, muitas vezes, não esteve junto, acho que todos nós lembramos isso, mas aqui é um momento de comemoração e de entender que temos diferenças, os vereadores aqui têm diferenças. Eu acho muito saudável assim, porque, desde que entrei, em 2013, na Câmara, percebi que a vida do Simpa é uma vida de diálogo constante. É quase estranho a gente estar homenageando vocês, vocês estão sempre aqui participando de tudo, mas é merecido e é justamente esse o sentido, ter uma organização tão estruturada, tão orgânica na sociedade, como disse o Pedro, que vai além das lutas da sua classe – eu sei que a sede do Simpa, e é só um exemplo, recebe inúmeras atividades de inúmeros movimentos sociais –, ou seja, disputa, no sentido positivo da palavra, Presidente Hamilton, uma concepção de sociedade. Neste momento da história em que nós vivemos, um momento de polarização, de radicalização e de se pegarem conceitos e levar aos extremos, como é o caso das privatizações, um papel como o que o Simpa desenvolve é ainda mais fundamental. Realmente, é um momento de resistência, não sabemos quanto isso vai durar. Os exemplos de privatizações desmedidas, malfeitas já estão dando reflexos na população, a população está sentindo isso. Talvez daqui a um tempo, a população entenda que caiu, muitas vezes, no canto da sereia, e seja um momento mais favorável para que a fala de representantes de um sindicato, como o Simpa, possa ser muito mais ouvida do que neste momento da história. Realmente, é um momento de resistência. Eu quero parabenizar a todos e todas por estarem desse lado num

momento difícil da história. Lembro, para finalizar, Ver. Jonas, que, num determinado governo, inclusive, teve uma espécie de ocupação da Prefeitura numa manifestação, porque tamanho era o não diálogo do representante lá do Paço, que foi necessária uma ocupação, uma espécie de um jeito de se fazer ouvir. Eu me lembro que estava lá, participei. E quero dizer que o Simpa também é um lugar de diálogo, mas é um lugar que também precisa ser um diálogo que se escute, não aquele diálogo que se senta, escuta, mas não muda uma vírgula. Então, esses aprendizados da democracia e das suas falácias, o Simpa tem um *know-how* acumulado e, com certeza, vai transmitindo de direção para direção e aos associados que vão passando. Então, parabéns.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Primeiro, eu gostaria de cumprimentá-lo, Ver. Jonas, porque esta homenagem que tu propões hoje em comemoração aos 35 anos do Simpa não é apenas uma homenagem a um sindicato histórico, mas é também uma homenagem, um reconhecimento à trajetória de lutas do povo desta cidade e dos seus servidores e servidoras em defesa de Porto Alegre. É impossível, Presidente, que nós possamos realizar o nosso sonho de uma Porto Alegre mais justa, que ofereça educação, saúde de qualidade, serviços públicos de qualidade, sem valorizar os seus servidores e as suas servidoras. Por isso, em teu nome, Cindi; em teu nome, João Ezequiel, eu quero cumprimentar não só aqueles e aquelas que compõem a mesa, aqueles e aquelas que estão no plenário, mas aqueles e aquelas servidores municipais e municipais que fazem com que Porto Alegre cumpra suas funções públicas no dia a dia, nos momentos mais difíceis, como foi, por exemplo, na pandemia. E quando nós, enquanto Câmara, fazemos a homenagem que neste momento realizamos, Jonas, eu acho que é um momento importante de reafirmar que a justa homenagem que esses servidores e servidoras precisam é o reconhecimento das perdas salariais que tiveram ao longo dos últimos anos. É registrar aqui a importante e necessária defesa da data-base desses servidores e dessas servidoras. É enfrentando essas batalhas, inclusive no momento em que nós discutimos o orçamento de Porto Alegre, que nós, de fato, podemos, como devemos fazer uma justa homenagem a essa trajetória de luta e à atual direção do sindicato. Parabéns, muito obrigado.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Presidente Hamilton Sossmeier, neste momento, eu quero cumprimentar nosso colega Ver. Jonas e dizer, João Ezequiel, Cindi, a todos vocês, todas vocês, que eu me sinto orgulhosa de estar participando desta sessão em que o Simpa é homenageado. Eu me sinto orgulhosa, porque nós, enquanto parlamentares, sabemos do quanto é importante para população o serviço público, e quem presta o serviço público senão os servidores, as servidoras públicas? Portanto, homenagear pela passagem dos 35 anos de simbiose que essa categoria tem com a cidade. Aqui nesta Câmara, nós discutimos o DMAE, nós discutimos a educação, nós estamos para discutir o Plano Diretor desta cidade, nós precisamos ouvir mais vocês, termos uma relação mais próxima do Simpa,

que é quem vive o dia a dia da cidade. Portanto, eu quero cumprimentá-los pela passagem desses 35 anos de luta, de luta na cidade, de benfeitorias na cidade, de estar para Porto Alegre. Um sindicato é um instrumento de luta da sua categoria, e o Simpa tem se colocado à frente dessa categoria com relação a outras categorias, aqui muito bem dito pelo nosso colega Pedro Ruas, de tudo que vocês participam porque entendem a necessidade da evolução da consciência social da categoria para lutar pelos seus direitos, sim. Como o Giovani Culau, nosso querido colega vereador aqui colocou, a valorização começa pela questão salarial. Uma categoria como a de vocês, que há muito vem sendo sobrecarregada porque diminui o número de servidores, há muito não se enxerga concurso e muitos têm que dar conta de tarefas que outrora outros tantos faziam, e vão se aposentando, vão se licenciando e não se tem a reposição, digamos, desses postos, e acaba sobrecarregando quem está. Então, por melhores condições de trabalho, pela valorização salarial, pela valorização olhando a carga horária, defendendo os servidores e as servidoras, parabéns! Vida longa a esse grande instrumento de luta que é o Simpa! Muito obrigada.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, querida colega Ver.^a Abigail.

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL): V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento do orador.) Boa tarde, senhoras e senhores. Saúdo todos os integrantes da Mesa na figura dos oradores de hoje, Cíndi e João Ezequiel, nossos representantes. Parabênizo o Ver. Jonas Reis por esta homenagem, visto que é importante destacar a função social dos sindicatos que, nos últimos anos, vêm sendo duramente atacados, inclusive por projetos de lei que cerceiam a sua autonomia e a sua capacidade de gestão econômica. É necessário que nós valorizemos os sindicatos e a sua atuação. Somente dois tipos de pessoas não reconhecem ou não dão valor à atividade dos sindicatos na representação dos trabalhadores e trabalhadoras, um é o completo ignorante, que não tem a menor noção da realidade em que vive, em que trabalha e a dura tarefa dos seus representantes; o outro, Ver. Hamilton Sossmeier, é o canalha, o canalha que fecha os olhos negando a dura realidade que os representantes dos sindicatos enfrentam em mesas de negociação. Não há isonomia de negociação entre patrão e empregado, e nunca vai acontecer, por isso que os sindicatos são tão importantes, porque são eles que sentam frente a frente com os empregadores, negociam dissídio, negociam melhores condições de trabalho e dignidade para os trabalhadores e para as trabalhadoras. Portanto vida longa não apenas ao nosso sindicato, o Simpa, que muito me representa, mas a todos os sindicatos que lutam em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Uma boa tarde e parabéns ao trabalho de vocês.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, colega, Ver. Prof. Alex.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier; nosso querido colega, Ver.

Jonas, parabéns pela iniciativa; todos os diretores e as diretoras do Simpa que estão aqui. Creio que aqui, para quem tem a vertente de sindicalista não tenho muito que dizer da importância do sindicato. Eu também venho do Sindisaúde, da luta dos trabalhadores da saúde – onde está o movimento, está o Simpa; esses cidadãos que estão aqui, diretores, estão com uma pauta positiva na luta por dignidade, respeito, reconhecimento e valorização do servidor público. Portanto não há como não ter esse reconhecimento nos 35 anos. Fizeste muito bem, colega, Ver. Jonas, da nossa bancada.

Eu, nesses quase 20 anos que estou aqui, contribuí com dois projetos importantes, o primeiro, lá na nossa gestão, pelo fim do assédio moral. Lamentavelmente, a cada gestão que muda, os servidores são deslocados, são perseguidos; não pode, assédio moral é crime! Portanto é uma lei municipal. E a outra, recentemente, em que o servidor público não podia ir ao médico, não podia levar o filho à escola, que era descontado lá no seu contracheque; agora é lei. Então, todos nós temos uma ligação com o servidor público, com vocês na ideia de trazer respeito, dignidade e, acima de tudo, aquilo que mais nós preconizamos: a persistência de estar, sim, na frente do HPS e lutar por um HPS que valoriza o servidor público, mas também que valorize o ser humano, o ser humano que vai lá buscar um atendimento e que entendo que, com servidores, vamos dizer assim, qualificados e preparados, terá um atendimento de devolução do que é mais importante: a vida do ser humano. Porque, quando tu entras, tu simplesmente obedeces ao que o profissional de saúde, ao que o médico diz para você. Com a receita na mão, eu vou buscar a minha solução, que é o remédio, que é a cura. Portanto, o mais importante é estar ao lado do servidor público por um melhor salário, mas também por uma qualificação no atendimento. Parabéns, Jonas, parabéns ao Simpa.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, querido Ver. Oliboni.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Jonas, quero cumprimentar também V. Exa. pela iniciativa. Presidente Hamilton, permita-me fazer uma saudação aqui a todos e a cada um, João Ezequiel, Cindi Sandri, representando o Simpa, e também os diretores, o Edson, a Bete, o César e o Assis. Quero também cumprimentar aqui o Irineu, da Astec; a Marília Iglesias, ASHPS; a Isabel, da ATEMPA e o Adinaldo, do Senge e os demais que acompanham esta sessão, os servidores, o nosso vereador, professor Jonas.

Eu, casualmente, tive a honra de ser secretário por duas oportunidades lá na Secretaria de Esportes, em 2006, e quero aqui fazer uma saudação ao nosso Ver. João Bosco Vaz, junto comigo que compõe a bancada do PDT, então secretário à época. Ali já tive o contato com vários professores de educação física, professor Betinho, professor Cunha, o Mocelin, o Ratinho, da capoeira. Depois, no planejamento, outros tantos servidores públicos valorosos, alguns que inclusive hoje se encontram no Oriente Eterno, como é o caso Cogo; hoje o Wilson está aqui cedido, mas tantos outros ali, o Breno, o Roberto Sé. Então, eu acho que são os servidores que fazem o trabalho de ponta e que

realmente fazem a entrega para a população do serviço público, e o Simpa tem um papel fundamental nesses 35 anos de luta em favor da valorização.

Eu sempre digo: a maioria das pessoas não tem condições de pagar um colégio particular para os seus filhos, eles vão estar estudando na rede pública, e os professores e os servidores das escolas públicas são funcionários da Prefeitura, que atendem ali no fundamental, no especial, e, na sequência, sob o mesmo raciocínio, é a questão que envolve os planos de saúde. As pessoas não têm condições de pagar um plano de saúde. Então, elas serão atendidas pelo serviço público em um primeiro momento. Então, é muito justa esta homenagem, porque quem faz, digamos assim, a calibragem da valorização é a representação sindical, porque o servidor sozinho tem força, mas não tem a mesma força que tem a representação sindical. Então, belíssima, justa a homenagem, vereador, alusiva aos 35 anos de atuação do Simpa, e nós reforçamos aqui também esta iniciativa do vereador através da nossa bancada do PDT, em meu nome e do Ver. João Bosco Vaz. Cumprimentos, vereador, vida longa ao Simpa. Obrigado.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Muito obrigado, Ver. Márcio Bins Ely.

Vereador Claudio Janta (SD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Uma boa tarde a todos os representantes sindicais que aqui estão, Presidente desta Casa, Ver. Hamilton Sossmeier. Ver. Jonas Reis, é importante no dia de hoje, neste momento em que vive o Brasil, esta Casa fazer homenagem a esse sindicato, num período em que estão demonizando os sindicatos, num período em que parece que os sindicatos não fazem nada. Mas eu quero lembrar às pessoas que estão demonizando os sindicatos sobre dois momentos muito importantes, não somente da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, tenho certeza que a participação do Simpa foi muito importante para que ocorressem as entregas à população de Porto Alegre. Um deles foi o incêndio da boate Kiss; quem nunca participou de negociação sindical, não sabe do que se trata, o que eu estou falando aqui, o que tem a ver a boate Kiss com o sindicato? Tem a ver muito, foi o Simpa que foi sensível àquele momento e foi solidário ao povo do Rio Grande do Sul, permitindo acordos que têm que ser feitos, existe lei. Muitos falam aqui em lei, lei, lei só para proteger o capital, na hora de proteger a vida humana não tem. E foi o Simpa, no período mais tenebroso do povo do planeta, foi na época da covid, esse mesmo sindicato foi sensível e foi atrás de opções para atender a população de Porto Alegre, principalmente na área da saúde, mas envolvendo a área da segurança pública, nós não tivemos falta de água, nós não tivemos... A cidade funcionando, mesmo num clima de terror, que foi a covid. Então, só dou esses dois exemplos para dizer a importância do sindicato, não só na vida dos seus trabalhadores, não é só na convenção, não é só nos acordos, mas a importância do sindicato na vida do cidadão num todo. E o Simpa representa, dentro da cidade de Porto Alegre, no Município de Porto Alegre essa importância de solidariedade, de entrega e de comprometimento com o povo de Porto Alegre. Vida longa ao Simpa e toda a sua direção.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Muito obrigado, Ver. Janta.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Jonas Reis, parabéns pela homenagem. Queria saudar o Presidente Hamilton, grande honra presidindo a sessão; Edson, do DMAE, dirigente histórico, acho que fundador do Simpa, por sinal; Assis, não sei se é fundador, mas já sei que está nessa luta há muito tempo; também a Cindi; eu conheço, Presidente Hamilton, uma parte dessa turma há 40 anos, que é o caso da Cindi, embora ela seja nova, são 40 anos, Ver. Jonas, de trabalho conjunto, desde o movimento estudantil secundarista, quando ela estava no movimento universitário. O João Ezequiel, guerreiro, filiado ao meu partido, uma grande honra, coordenador também do Simpa; a Marília também, representando a saúde, guerreira do HPS. Eu sei que também está conosco aqui o Irineu, da Astec; a Isabel Medeiros, o Adinaldo, que é uma peça importante para a gente entender o Município de Porto Alegre, sempre temos que recorrer ao conhecimento do Adinaldo; a Bete Charão, César Rolim. Eu queria só, Ver. Jonas, parabenizar a tua iniciativa, porque eu acho que, aqui nesta Câmara, Presidente Hamilton, seria muito útil se os vereadores e vereadoras escutassem mais o que o Simpa tem a dizer, porque, no Simpa, como instituição, de uma certa forma, está concentrado o conhecimento técnico do serviço público. O Simpa é uma entidade sindical e, como entidade sindical, tem como obrigação fazer e organizar as lutas sindicais, mas é uma entidade sindical preocupada com o serviço público e com conhecimento de causa. Então, eu acho que esta homenagem veio num bom momento; nós sabemos, o Jonas sabe muito bem disso, o nível do desmonte que tem o serviço público, não é de agora, mas se acelerou esse desmonte, nos últimos anos esse desmonte se acelerou muitíssimo. E eu tenho uma grande honra de encontrar, no Simpa, nas pessoas que estão aqui, líderes da luta na defesa do serviço público, que eu acho que deveria ser um dos sentidos mais importante de uma Câmara de Vereadores, e como o Jonas sabe muito bem, na minha opinião, a Câmara de Vereadores, Presidente Hamilton, deixa muito a desejar; aliás, muitas vezes nós perdemos causas nesta Câmara de Vereadores, porque a Câmara de Vereadores, ao invés de defender o serviço público, avalizou o ataque ao serviço público. Eu acho muito grave; por isso que eu acho que esse contraponto e essa homenagem são muito bem-vindos. Parabéns, Ver. Jonas, parabéns ao Simpa. Vida longa! Obrigado.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Ver. Roberto Robaina. É fundamental que a gente entenda um diferencial que existe. O serviço público não escolhe ninguém; portanto o servidor público não escolhe ninguém para servir e atender na necessidade, que é um direito garantido em lei, na Constituição; já o serviço privado, o nome diz, a gente paga por ele, e o serviço público, ninguém paga. Então, todos que quiserem podem se matricular numa escola municipal, todos que chegarem, Presidente, num posto de saúde, como eu chego, esses dia tomei a vacina da febre amarela, vão tomar a vacina, que não escolhe braço. Todos vão ter acesso à limpeza urbana, vão ter acesso ao saneamento, porque o Estado existe para isso, para garantir direitos, só que a gente tem

que lembrar, e por isso esta homenagem, que o Estado não é um CNPJ, não é uma figura no ar, abstrata, o Estado é feito pelas pessoas que atuam para desenvolver os direitos sociais, garantidos na Constituição, desmembrados e também aqui caracterizados de forma peculiar na nossa Lei Orgânica, que é a carta maior deste Município, mas quem opera essa carta orgânica é a técnica de enfermagem, o enfermeiro, a assistente social, o professor, a monitora, o gari, são essas pessoas. Esta homenagem ao Simpa é uma homenagem às pessoas, são milhares – Ronimar, que balança a cabeça, professor aposentado, foi diretor de escola também, gestor – de pessoas que contribuem com a sua vida, com a sua profissionalidade, com a sua intenção humana, coletiva e como cidadão para que a cidade avance, e é esse o reconhecimento a tantos avanços nesta cidade, a tantas construções. Se hoje a gente caminha em ruas pavimentadas, é graças aos calceteiros de ontem, que hoje já estão em extinção; se hoje a gente abre uma torneira e chega água no Lami, é porque alguém colocou esse encanamento no passado; se hoje, no Centro Histórico, tu vais lá, faz a tua comida, lavas a tua louça e aquele dejetos vai para o tratamento de esgoto, é porque alguém criou o saneamento, construiu, abriu buraco e conserta quando está entupido. Então são essas pessoas que a gente homenageia hoje, Cindi, João, Marília, Irineu, Isabel, Adinaldo, Bete, César, Assis, Edson, Alexandre, Efraim; no nome de vocês, a gente cumprimenta essas milhares de pessoas, algumas já se foram, é verdade, lembro agora, Cindi, colega, professora, Virgínia Nascimento, grande gestora de RH do Município, quando foram criadas muitas escolas, nomeava os professores; na época em que eu era aluno, ela era gestora, tu eras gestora também. Então, essa contribuição de vocês com o Estado, com o Município, com a constituição de direitos, a garantia fundamental para população, para cidadania; então, essa nossa homenagem aqui, singela, de 35 anos, demarcar esse momento histórico, entregar também o Diploma de Honra ao Mérito a esta instituição; por último, só para frisar, tive o prazer, a felicidade de estar lá, João, contigo e com outras tantas, na época da pandemia, em que o Simpa foi na dianteira do Brasil, comprou escudos faciais para proteger os trabalhadores do serviço essencial, entregues para Guardas Municipais, trabalhadores da assistência, para o DMAE, inclusive trabalhadores do DMAE morreram de covid-19, não foi suficiente, era importante ter a vacina, mas é outro assunto para outro momento, no sistema da limpeza urbana, enfim, eles receberam esses escudos, isso foi fundamental, também participou naquele momento de uma ação solidária, enquanto muitos tinham fome, o Simpa foi lá, em discussão com a categoria, ajudou a alimentar muitas pessoas nessa cidade. Então, tenho um orgulho enorme porque, Presidente Hamilton, a gente aprende todos os dias aqui na Câmara de Vereadores. Com certeza, as municipais e os municipais aprendem fantásticamente sobre a vida humana, sobre as dificuldades na *póli*, todos os dias, num posto de saúde, numa escola, num departamento público, numa repartição, porque é para lá que as pessoas levam os seus problemas para que o estado olhe, enxergue, veja e desenvolva políticas. Então, vida longa ao Simpa, por mais 35 anos de luta, de história, de glória e da disputa de uma ideia que é o serviço público de qualidade para cidadania – nunca se esqueçam disso, colegas, esses trabalhadores, essas trabalhadoras municipais fazem a luta para que o povo seja atendido da melhor forma

possível. Então, condições de trabalho adequadas para eles é o mínimo, por que nós devemos lutar juntos. como homens e mulheres públicos que somos, para que o cidadão, de fato, receba o dinheiro de imposto em política pública qualificada, não é qualquer política, não é qualquer ação, é uma ação de fato com pessoas que conhecem, que decidiram ficar na Prefeitura e construir o serviço público municipal de Porto Alegre. Então, fica aqui a minha homenagem, a nossa homenagem, e agradeço as falas dos vereadores e esse momento esplendoroso para a gente bater palmas. Quero pedir uma salva de palmas aos servidores públicos de Porto Alegre de ontem, de hoje e de amanhã. (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convido o Ver. Jonas Reis a fazer a entrega do diploma de homenagem da Câmara Municipal de Vereadores ao Sindicato dos Municipários de Porto Alegre – Simpa. Registro que esteve conosco a deputada Sofia Cavedon.

(Procede-se à entrega do diploma.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Sra. Cindi Sandri, diretora- geral do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre – Simpa, está com a palavra.

SRA. CINDI SANDRI: Boa tarde a todos, todas e todes que se encontram aqui nessa Câmara, que estão nos assistindo também. Quero agradecer também, além de todos os que agradeceram aqui no microfone antes de mim, essa homenagem que a Câmara de Vereadores hoje está fazendo para nós, de iniciativa do Ver. Jonas Reis, que, não por coincidência, também foi diretor do nosso sindicato, tive o privilégio de participar junto contigo da gestão passada. Então esse Diploma Honra ao Mérito que nós, diretores e diretoras do sindicato, representantes das associações dos servidores e das servidoras estão aqui hoje recebendo, em nome de todos os colegas e as colegas que são servidores e servidoras do Município, novamente digo, estamos bastante orgulhosos pelo significado que isso representa para a trajetória de tudo o que nós já realizamos em termos de luta, em termos de atividades do sindicato desde a sua fundação, que no dia 14 completou 35 anos de existência. O que não quer dizer, Ver. Jonas, que os servidores passaram a existir só a partir do primeiro ano do 35º, não, nós somos servidores desde que a cidade de Porto Alegre precisou do serviço público, e aqui eu acho que todos concordam com o raciocínio que fazemos que é de que o serviço público exercido por nós, servidores e servidoras públicas, ele só existe, só tem necessidade para quem não tem acesso pela oferta do serviço privado, aos seus direitos de cidadania. Nós estamos falando aqui de educação, de saúde, de assistência social, de habitação, estamos falando do básico, da água que chega na casa através da torneira, água tratada pelo DMAE, que tem reconhecimento mundial pela qualidade do serviço que presta, do saneamento básico que também é

executado. Os que são um pouco mais antigos que eu vão lembrar do programa Pisa, que foi executado em Porto Alegre, ainda não foi concluído; mas que terá, mais do que na grande maioria das cidades do planeta Terra, o saneamento básico executado e com o tratamento do esgoto. Nós temos muitas lembranças porque, infelizmente são lembranças, do quanto na educação a rede pública municipal foi referência mundial no desenvolvimento do seu trabalho pedagógico; na assistência social, no acolhimento das políticas para pessoas em situação de vulnerabilidade; na saúde, o SUS, que foi executado, que foi implantado em Porto Alegre e que funcionava, sim, e muito bem. Nós temos a habitação. Nós temos aqui os colegas, o Borba, que é funcionário do DEMHAB, o quanto nós vivemos, vivenciamos e executamos política de habitação popular na cidade de Porto Alegre, fazendo reassentamentos, fazendo transferências de família de áreas de risco para áreas organizadas pela Prefeitura, nos seus loteamentos. Quantas situações nós provamos para a cidade de Porto Alegre, no esporte, na recreação, no lazer, na cultura! Nós tínhamos, para a população periférica da cidade de Porto Alegre, piscinas públicas disponíveis durante o verão. Nós tínhamos, para a população vulnerável de Porto Alegre, políticas referentes a esporte, referentes a lazer, que não havia referência nenhuma nas cidades deste País e que nós realizávamos, que nós fazíamos. A cultura, as políticas de cultura, a descentralização da cultura que nós fazíamos. Eu não estou falando aqui como gestora não, estou falando aqui como servidora do município que executou essas políticas. A descentralização da cultura criou muito artista, construiu muito artista na cidade de Porto Alegre. A descentralização do esporte também criou e organizou a vida de muitas crianças e adolescentes que, através do esporte, realizaram a sua vida de forma muito mais humana do que as condições que simplesmente – aí, eu vou dizer com todas as letras – o capitalismo oferece para a cidade de Porto Alegre, quando não se tem condição financeira de acessar esses serviços. Os nossos alunos não são alunos do Americano, do Rosário, do Anchieta. Nossos alunos são alunos da EMEF Prof. Anísio Teixeira, são alunos da EMEF Chapéu do Sol, são alunos da EMEF Gabriel Obino. Os nossos pais e mães que são atendidos nos Centros de Referência de Assistência Social não são pessoas que frequentam o Jockey Club, não são pessoas que frequentam o Veleiros do Sul. Enquanto nós tivermos essas diferenças sociais – não só na cidade de Porto Alegre, infelizmente, mas vamos falar aqui do território de Porto Alegre –, nós vamos precisar, sim, de serviço público sendo executado por servidor público nomeado e com efetividade garantida. A possibilidade de nós termos, na PEC-32, por exemplo, vereador, a retirada da estabilidade no emprego do servidor público, significa a hecatombe social desse País e a hecatombe social da cidade de Porto Alegre. Nós vamos efetivar definitivamente, com a continuidade do que está sendo executado pelos últimos gestores de Porto Alegre, infelizmente referendados pelo resultado da eleição, o caos social, quando nós falamos, sim, da falta de acesso a todas as políticas públicas que devem, precisam e têm que continuar sendo executadas para poder garantir a qualidade de vida da população. É isso que nós defendemos e é isso que nós vamos continuar defendendo. Por isso que a gente diz que serviço público não é negócio privado, não é. A cidade de Porto Alegre, a Prefeitura de Porto Alegre não é um balcão de negócios. Nós estamos vendo aqui a CPI,

senhores vereadores e senhoras vereadoras, o debate que aconteceu, inclusive hoje pela manhã. Nós estamos vendo várias situações onde acontecem, inclusive no DMAE, por que será que o prefeito Melo está com dificuldade de vender o DMAE? Porque não existe nenhuma explicação para a venda do DMAE. Não existe nenhuma explicação para a venda da Carris, por exemplo, como já foi realizada, infelizmente. Então, a privatização do serviço público, nessa cidade... E aqui quero lembrar a questão do transporte público, qual o resultado para população da periferia, população vulnerável para o fim do Vou à Escola, o fim do subsídio ao transporte escolar e a privatização da Carris. Qual é o resultado disso? A evasão. Nossos alunos não estão mais tendo condições de frequentar a escola por falta de dinheiro para pagar passagem. Nós, servidores públicos, servidoras públicas, fazemos a defesa da necessidade da manutenção da execução da política pública, através de servidor e servidora pública. A cidade da propaganda do Melo não é a mesma da vida real, e é isso que a gente quer que os vereadores aqui e as vereadoras escutem o que nós estamos dizendo, da mesma forma que já tivemos aqui o Ver. Giovanni Culau dizendo que, infelizmente nós tivemos uma dificuldade bastante grande de sensibilização dessa Câmara para tratar da LDO. Esperamos que agora com essa homenagem, com vocês tendo a oportunidade de nos ouvir, vão conseguir na LOA fazer o reconhecimento que não puderam fazer na LDO. Então, o que eu quero deixar aqui como encerramento da minha fala, é uma mensagem ao prefeito Melo que eu gostaria que os vereadores e as vereadoras pudessem fazer por nós, juntos conosco: Melo, deixe o servidor e a servidora trabalhar. (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Sra. Cindi Sandri. O Sr. João Ezequiel está com a palavra.

SR. JOÃO EZEQUIEL MENDONÇA DA SILVA: Boa tarde, Presidente, vereadoras, vereadores, minhas e meus colegas, diretores e diretoras do Simpa, demais entidades aqui que lutam lado a lado conosco em cada batalha, nossos colegas, servidoras e servidores municipais de Porto Alegre, os aposentados, as aposentadas, os da ativa. Eu quero aqui, primeiro, Ver. Pedro Ruas, Ver. Prof. Alex Fraga, Ver. Roberto Robaina, assinar embaixo de tudo que a diretora Cindi colocou na fala dela aqui na Câmara. Ver. Jonas, quero agradecer por esta homenagem, não ao sindicato, porque o sindicato não é apenas os seus diretores e as suas diretoras, ele não é sequer o próprio conselho, que são os Cores que representam todas as secretarias, e sequer as paredes do prédio ali da Cidade Baixa. O Sindicato dos Municípios de Porto Alegre é o conjunto dos cerca de 30 mil servidoras e servidores da cidade de Porto Alegre. A Cindi, a minha colega e diretora Cindi, trouxe aqui um histórico da fundação e das lutas do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre, e ela trouxe com firmeza, porque, de fato, se nós fizermos um recorte, o Simpa tem a sua fundação lá na promulgação da Constituição Federal, foi o primeiro sindicato de servidores públicos no País inteiro a pedir a sua inscrição, a partir do momento que a Constituição Federal legaliza sindicatos aos servidores e às servidoras públicas. Mas eu quero fazer um recorte na história. Primeiro eu quero dizer o seguinte:

os municipais de Porto Alegre lutaram e fizeram greve em todos os governos, seja de que bandeira for, seja de esquerda, seja de direita, seja do centro; os municipais sempre lutaram e sempre fizeram greve. Segundo, o que eu quero dizer aqui, fazer um recorte, é que as servidoras e servidores municipais de Porto Alegre nunca foram tão atacados e tão atacadas como foi no governo Marchezan e continuou sendo assim no governo Melo. É importante dizer, é importantíssimo, porque aqui a gente fala em nome de 30 mil servidoras e servidores, a gente agradece a homenagem, mas nós temos que vir aqui trazer a nossa mensagem, porque esta categoria não aguenta mais tanto descaso, tanto desrespeito e tanta falta de valorização. Nós somos aqueles e aquelas que estivemos no período da pandemia, diuturnamente, 24 horas por dia, atendendo a população e arriscando as suas vidas, sem sequer a vacina. Nós tivemos que brigar pela vacina, nós tínhamos que brigar, vejam vocês, para os colegas que faziam o exame da covid para que eles pudessem fazer o próprio exame. Eu estou falando aqui, vereadora, a Ver.^a Mônica não está gostando das falas dos diretores e diretoras aqui, mas eu estou falando de um desrespeito, de um desrespeito que está vindo constantemente neste governo. Nós tivemos aqui nesta Casa a aprovação da reforma da previdência que confiscou do salário das aposentadas e dos aposentados, 14%, no momento que eles mais precisavam, vereadora. Nós tivemos agora, há pouco, míseros 5,79%, ainda parcelado, e sequer, Ver. Pedro Ruas, retroativo. Nós estamos, Ver. Ruas, com mais de 1.500 servidores ganhando abaixo do salário mínimo em Porto Alegre, com o seu básico abaixo do salário mínimo. Ora, senhoras e senhores, ora, vereadoras e vereadores, nós precisamos de valorização real e concreta para aqueles que atendem a população de Porto Alegre, não dá mais para aceitar esses. Nós estamos, Ver. Jonas, na mesa com o governo, ainda debatendo, ainda debatendo a parcela autônoma para os nossos colegas que têm o básico abaixo do mínimo. Nós estamos lá, Ver. Jonas, ainda brigando para que seja pago o complemento do Piso Nacional da Enfermagem aos colegas da saúde. Olha, gente, é uma barbaridade! Os colegas da enfermagem que são da FASC, sequer os seus dados foram mandados ao Ministério da Saúde para ganhar o complemento do piso. Já os demais da saúde, da enfermagem – para concluir, Presidente – mandaram os dados considerando as vantagens e as gratificações dos servidores, Ver. Prof. Alex, como gratificações que contabilizam para o piso. Sabe qual é o resultado? É zero de complemento do Piso Nacional da Enfermagem. Nós estamos tentando corrigir isso – né, Marília? – na mesa de negociação. Então, gente, eu quero finalizar aqui, agradecer a paciência do Presidente Hamilton, agradecer cada apoio de cada vereador e de cada vereadora. E pedir para vocês, fazer um apelo aqui: nós queremos homenagem e agradecemos por ela, porque isso, Ver. Jonas, nos dá a oportunidade de vir aqui trazer a verdade, trazer a vida real dos servidores e das servidoras. Mas dizer que, para além da homenagem, nós precisamos que cada vereadora, que cada vereador defendam o serviço público de Porto Alegre e defendam as servidoras e os servidores. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Parabenizamos, mais uma vez, o Simpa e damos por encerrada a presente homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h06min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h11min) Estão reabertos os trabalhos. Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): É como eu digo, Presidente, é difícil a gente, que respeita até o estatuto do condomínio, ver a Casa do Povo, o Poder Legislativo fazer uma homenagem virar uma tribuna de ataque contra o governo e contra quem quer que seja. Eu, como filha de bom soldado, cumpridora de normas e leis, tenho muita dificuldade de administrar isso, porque sou uma legisladora, nós somos legisladores, nós temos obrigação – quem faz a lei – de respeitar as leis, e o Regimento interno desta Casa é a nossa lei maior. Eu quero compartilhar com os senhores e as senhoras que o que aconteceu neste momento aqui era para ser uma homenagem, mas foi um ataque, um ataque de forma inadmissível. Eu não entendo, não consigo entender: eu não consegui dar um aparte, porque o Regimento desta Casa me impede de dar um aparte. Mas o Regimento, onde está, onde ele foi respeitado nesta homenagem que a pessoa recebeu aqui, que era para agradecer, fazer um discurso bonito? Mas, não, atacou, e o senhor também atacou. Então, realmente esta Casa perdeu aquilo que durante toda a minha vida eu dizia: é um Poder maior e, como tal, tem que se postar. Não posso admitir isso, eu estou no meu quarto mandato e é a primeira vez que eu me manifesto desta forma no plenário, dizendo que eu não aceito que as pessoas não respeitem o Regimento Interno da Câmara de Vereadores, que é a nossa lei maior.

Voltando para a pauta, que eu tenho 15 minutos livres, quero deixar claro, eu falo aqui o que eu quiser hoje.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ver.^a Mônica, uma observação: a senhora tem os 15 minutos do Grande Expediente e mais os cinco minutos do período de Comunicações, se quiser usar.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Presidente. É bastante, mas, como eu sou uma pessoa objetiva, eu quero falar aqui sobre a Procuradoria da Mulher. Sou procuradora especial da Procuradoria da Mulher, e assumi essa tarefa com muita responsabilidade e quero fazer uma prestação de contas. Representando o Legislativo Municipal, nós temos nos dedicado muito a arrecadar doações às vítimas das enchentes de Porto Alegre. Desde o dia 13 de setembro, quando o Presidente Hamilton

Sossmeier anunciou nossa iniciativa, em sessão plenária, eu e meu gabinete temos sido incansáveis na missão de arrecadar o máximo de produtos, especialmente aqueles que não costumam ser doados, em grande quantidade. Fomos até a Ilha da Pintada para conhecer o abrigo que foi montado para atender os moradores da região. E lá, conversando com a Defesa Civil, nos passaram o que era mais urgente no momento, que são alimentos não perecíveis, materiais de limpeza, principalmente produtos de higiene pessoal. A partir daí, começamos uma força-tarefa divulgando a ação nas redes sociais, nos grupos de WhatsApp, buscando doações na casa de pessoas e trazendo para a Procuradoria, inclusive em parceria com o Clube Aliadas, que realizou um campeonato solidário de *beach tennis*. Conseguimos arrecadar cerca de 15 mil absorventes íntimos, um item caro, mas de higiene básica que, infelizmente, a gente sabe que muitas mulheres não conseguem ter acesso. No dia 22 de setembro, fizemos a entrega de milhares de doações entre produtos de higiene, de limpeza, além de colchão, cobertores, roupas de cama, em um posto da Defesa Civil montado na Ilha dos Marinheiros. São essas as imagens que vocês estão vendo no telão. Nós fomos até a Ilha dos Marinheiros, com uma van da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, cumprindo, assim, com a tarefa da Procuradoria Especial da Mulher que, nesse momento, se uniu ao governo municipal, ao governo Melo, que prontamente entrou em ação para atender as famílias mais atingidas pelas fortes chuvas. Quem conhece as ilhas sabe que ali moram muitas pessoas em situação de vulnerabilidade e que, neste momento, se encontram em uma situação ainda mais crítica, pois perderam seus pertences, coisas que adquiriram durante uma vida toda e agora precisam recomeçar do zero. Então, eu utilizo esta tribuna, como procuradora da Procuradoria Especial da Mulher, para dizer, em que pese toda situação é muito triste, que nós assistimos porto-alegrenses perdendo seus pertences, suas casas, ficando em abrigos, casas de amigos, eu fico feliz com o resultado dessa campanha. Agradeço a todos que ajudaram de alguma forma, seja doando ou compartilhando a nossa ação, mas nós não podemos parar por aqui porque as chuvas continuam. Quando as pessoas se programam para começar a reconstruir as suas vidas, começa a chover de novo. Então, a chuva voltou nesta manhã e nós devemos ficar em alerta aos eventuais alagamentos que podem ocorrer novamente. Quem quiser e puder continuar ajudando as pessoas que foram fortemente atingidas pelas chuvas, é só entrar em contato conosco, porque a Procuradoria continuará arrecadando doações de todo tipo e fazendo chegar em quem mais precisa. O povo gaúcho é um povo naturalmente solidário, e eu acredito que este momento, mais do que nunca, despertou o espírito coletivo em todos nós. Saibam que nós vamos continuar mobilizados, engajados nessa corrente de solidariedade. Salvar vidas, cuidar das pessoas, essa é a nossa missão. E eu quero contar aqui, com toda a naturalidade, para os senhores e para as senhoras, que o carro, o buscar, o levar, não é o nosso problema. Eu mesma, com meu carro, busquei muitas doações em casas de diferentes bairros, porque a gente sabe que as pessoas querem doar, mas elas, muitas vezes, têm essa dificuldade de fazer chegar na ponta o material – material de limpeza, alimentos, roupas, móveis. Então, nós estamos disponíveis para buscar em qualquer lugar e levar para a Defesa Civil. Isso é

muito importante, não deixem de fazer essas doações. Agradeço a atenção de todos, e, por favor, vamos continuar.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte?

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Querido Ver. Adeli, a palavra é sua.

Vereador Adeli Sell (PT): Obrigado, Ver.^a Cláudia; obrigado, Ver.^a Mônica, quero parabenizá-la, essa comissão é muito importante, e a participação do seu gabinete e de outros gabinetes é importante. Todos temos que nos mexer e mexer muito diante dessa situação. Eu perguntaria à senhora se há condições de nós iniciarmos um debate salutar, de bom nível, para discutir a questão da urbanização e um novo processo nessas áreas de baixada, seja no Lami, seja nas ilhas. Se a senhora acha que tem alguma condição, eu proponho que a gente discuta esse tema. Eu fiz um pequeno texto que, se a senhora permitir, vou lhe passar para abrir um debate sobre essa questão. Não tem saída se nós não trabalharmos juntos, o Executivo, o Legislativo e a sociedade civil, e também os empreendedores, porque, na verdade, nós temos que fazer construções de casas habitáveis. Obrigado.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Adeli, chega em muito boa hora essa sua contribuição, e vejo com muita urgência esse debate da urbanização, porque nós, a cada ano, quando estamos no inverno e enfrentamos essas chuvas, sabemos que os locais mais atingidos são justamente esses que não têm um planejamento de urbanização. Então, conte com meu apoio, e fico no aguardo do seu texto, se o senhor puder me enviar por WhatsApp, será muito bem-recebido. Obrigada a todos, o tempo não utilizei todo, não precisa, mas queria fazer aqui uma prestação de contas, principalmente às mulheres da Câmara de Vereadores, que eu sei que são todas solidárias em relação a essa situação dos porto-alegrenses atingidos pelas chuvas, pelas cheias.

Vereadora Comandante Nádia (PP): V. Exa. permite um aparte?

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Pois não, Ver.^a Nádia.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Quero aproveitar, Ver.^a Mônica, te parabenizar, enquanto Procuradora Especial da Mulher aqui na Câmara de Vereadores, é disso que nós precisamos, de uma Procuradora que trabalhe pelo todo, não por ideologia, como muitas vezes, infelizmente, a gente acaba vendo nas Procuradorias. A senhora tem se mostrado uma Procuradora que defende realmente as mulheres, e, seja qual mulher for, como é o caso agora das mulheres israelenses, que foram estupradas, mulheres que, infelizmente, foram mortas, bebês, e a senhora tem defendido o todo. Assim como tem feito a defesa de vítimas inocentes que estão na Palestina, mas que nós não podemos

aceitar, de forma alguma, um grupo terrorista do Hamas que simplesmente extermina mulheres e crianças, exatamente para que não se deixe continuar a questão dos judeus.

Então, Ver.^a Mônica, receba o meu cumprimento, fui uma das que fez questão de que a senhora fosse este ano a nossa Procuradora, mostrando também a força da mulher de direita, mas que, no momento da desgraça, no momento da necessidade, querida Ver.^a Cláudia, que preside a sessão, sabe separar os ambientes e que defende as mulheres de esquerda, as mulheres de centro, as mulheres de direita. É disso que nós precisamos efetivamente. Infelizmente, algumas vereadoras aqui não entendem o grau da necessidade, da importância da vida, seja de mulheres, de meninas e de crianças ou bebês. Então, parabéns! Continue fazendo esse trabalho que nos orgulha muito, representando todos, não apenas as mulheres desta Câmara, mas representando 36 vereadores e mostrando que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre tem uma Procuradoria Especial da Mulher que tem maturidade, que tem excelência, que tem transparência, que tem ética e que trabalha para todos, sem olhar quem está sendo beneficiado. Parabéns!

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver.^a Nádia, é muito importante a sua colocação, e aproveito o momento para dizer que a Procuradoria e a defesa das mulheres se sobrepõem a siglas partidárias, a ideologias políticas. O massacre, a barbárie a que nós assistimos, no dia 7 de outubro, num sábado, é inadmissível. É inadmissível que alguém se refira ao grupo terrorista Hamas como combatentes ou que alguém tente relativizar ou justificar a barbárie, a carnificina que aconteceu. Então, nós todos estamos enlutados e, principalmente, sabedoras de que as mulheres, numa situação como a que aconteceu em Israel, foram as primeiras que sofreram, que foram violentadas, estupradas, arrastadas, e são exibidas como troféus do grupo terrorista Hamas. E isso nós não vamos de forma alguma admitir, que tentem inverter conceitos para justificar o injustificável, apostando na ignorância alheia. Isso jamais! Obrigada.

(A Ver.^a Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada, Ver.^a Mônica Leal. O Ver. Pablo Melo está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sra. Presidenta, colegas vereadores, hoje fazem oito dias que iniciou, pode-se dizer assim, a guerra no Oriente Médio, oito dias que já superaram em número de mortes, proporcionalmente, aos últimos 15 anos. Nos últimos 15 anos, na guerra entre Israel e palestinos, morreu 6.407 pessoas. Há 15 anos esse povo vem em guerra. Na verdade essa guerra é milenar, dois irmãos que se separaram e esse povo vem guerreando, sobrevivendo a tudo, às cruzadas, sobrevivendo à Primeira e à Segunda Guerras Mundiais, sobrevivendo às suas diferenças. Mas pegando os últimos 15 anos, nunca se viu tanta morte: em oito dias já morreu, no mínimo, conforme dados da organização mundial, 3.300 pessoas. Nesse período todo de

guerra, período moderno, pode-se dizer assim, moderno, depois da 2ª Guerra Mundial, nunca se viu as atrocidades que estão se vendo, mulheres, independente de idade, jovens, crianças, adultas, idosas, sendo estupradas, mutiladas por uma guerra que o povo não tem nada a ver. Crianças sendo degoladas e assassinadas na frente de câmeras para mostrar a brutalidade, para mostrar o que não é uma guerra, o que nós pensávamos que, no mundo moderno já estaríamos livres, barbáries que se viam na época medieval, barbáries que se veem em filmes épicos, barbáries que se leem em livros, em clássicos da literatura, se presenciavam hoje no mundo moderno. Eu acho que o mundo todo tem que falar na necessidade de paz. Paz de fato. Não um pai, uma mãe, junto com seus filhos, ver cenas deploráveis que estamos vendo dessa barbárie. Isso não é uma guerra; isso é uma barbárie. Isso não é uma guerra; isso é uma atrocidade. Isso não é uma guerra; isso é um assassinato de pessoas inocentes. Mulheres, volto a dizer, independente de idade, sendo estupradas, degoladas, assassinadas, mutiladas, crianças indefesas sendo assassinadas e degoladas na frente da TV. Isso não é guerra. Isso, em toda a história moderna que se tem, não se viu tal barbárie. Achava-se que na guerra do Vietnã o uso de Napalm seria uma barbárie, e foi uma barbárie, mas o que se vê agora é o fundo do poço, pode se dizer assim, em que chegou a humanidade, quando as pessoas usam crianças e mulheres como símbolo de uma vitória. Que vitória é essa, tirar a vida de inocentes?

Eu acho que tem que ter um apelo dos líderes mundiais, tem que ter um apelo das organizações mundiais, tem que ter um apelo das casas legislativas do mundo afora, da necessidade de paz, mas, principalmente, da necessidade de ter os corredores humanitários de todos os lados. Que o povo, que é quem está pagando com sua vida; o povo, que é quem está pagando com a destruição de suas famílias, tenha o direito da vida, o direito mais sagrado que é dado a todos nós seres humanos, que é o direito da vida, o direito que nós lutamos por ter saúde, por ter educação, o direito que nós lutamos para ter uma vida digna. Essas pessoas, nesse conflito, nessa barbárie em que, em menos de oito dias morreu mais, volto a afirmar, do que em 15 anos. Em 15 anos nessa guerra morreram 6.407 pessoas; em oito dias, morreram 3.300. Paz no mundo, paz na região e chega de ver essas atrocidades que são feitas contra mulheres e crianças. Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Ver.^a Cláudia Araújo, que está presidindo a sessão neste momento; obrigada, minha líder do Progressistas, Ver.^a Mônica, pelo espaço; quero dizer para os senhores que o brasileiro passou quatro anos escutando as palavras genocídio, fascismo, terrorismo, extremismo, nazifascismo, de pessoas que hoje, diante de exemplos reais, defendem o genocídio, o fascismo, o terrorismo, o extremismo, o nazifascismo, como é o caso de pessoas que acabam justificando, muitas vezes, o grupo terrorista Hamas, que está matando crianças, decapitando bebês, estuprando mulheres, fazendo reféns, matando famílias inteiras, ou o

caso daqueles que defendem o aborto indiscriminado, o aborto de bebês com 12 semanas. Eu trago de novo, e todas as vezes que forem necessárias, esse protótipo de um bebê de 12 semanas, Ver. Gilson, que tem olhos, que tem orelhas, que tem boca, tem nariz, tem dedos, tem mãos, tem pés, tem coluna vertebral, e o mais importante, tem um coração que bate dentro dele. E não bastasse, porque é interessante o que acontece nos dias atuais, da seletividade das narrativas que escolhem umas vidas em detrimento de outras, deparome, em um grupo da saúde, com uma cartilha virtual, que imprimir – e aqui eu faço uma denúncia para que nós, vereadores, possamos ir atrás do que está acontecendo –, uma cartilha virtual que fala sobre gravidez indesejada na Atenção Primária à saúde. Entendo da importância de falarmos sobre gravidez indesejada, mas também sobre planejamento familiar; entendo que existem clínicas que são *ok* ao aborto e que tem mulheres que procuram o fundo do quintal, porque nesses casos o aborto não é permitido no Brasil. E os senhores pasmem, porque é uma cartilha que está sendo divulgada em alguns postos de saúde da Atenção Básica, com horrores aqui dentro. E aí eu vou ler algumas partes – porque eu me dei ao trabalho de ler toda essa cartilha –, que diz que a criminalização do aborto acarreta violações do direito, em particular os direitos da autonomia da saúde da mulher, daquelas mulheres que dizem: “Meu corpo, minhas regras”, que antes de engravidar esqueceram dessa primeira frase, “Meu corpo, minhas regras” se eu quero ou não engravidar. Diante de tantos métodos anticoncepcionais, diante de tanta informação, não há uma menina sequer que hoje não conheça e que não tenha gratuitamente, num posto de saúde, um método anticonceptivo. Aí, lá pelas tantas, fala sobre vítimas de gestações indesejadas; não são vítimas de estupro, não são mulheres que correm risco de morte ou bebês que estão anencéfalos, mas diz que a oferta do aborto legal tem que acontecer na Atenção Primária, aqui num posto de saúde, que fala, lá pelas tantas, que fazer o aborto pode ser considerado mais seguro que um parto e outras intervenções médicas, como a retirada de um dente siso. Senhores, um dente siso e uma vida? Eu não posso acreditar nisso! Senhores, lá pelas tantas, diz que o aborto é seguro, que deve ser descriminalizado, ou seja, não é aquele aborto permitido pelas leis brasileiras, Ver. Janta, que tem uma filha pequena e que tanto lutou para ter essa filha, é o aborto que, se eu não quero ter um dente siso, eu tiro; eu não quero ter um filho, eu tiro. Esse aborto, conforme está escrito, é feito ou acompanhado por uma pessoa treinada. Oi? Pessoa treinada ou um médico? Senhores, tenham certeza de que isso eu passei para o Simers, para a Amrigs e para o Cremers, porque essa cartilha que eu vou colocar agora para todos os vereadores terem o conhecimento é uma cartilha que ensina a matar, que está sendo distribuída a todos, para que aprendam, inclusive, como garantir o aborto que não é legalizado no Brasil, colocando algumas coisas que possam dar a entender que a mulher teve... Vou ler para vocês aqui: um sangramento. Mas foi um aborto. Ver. Tiago, é uma vergonha o que acontece. Enquanto há uma guerra realizada pelo Hamas contra o povo de Israel, aqui, na cidade, está havendo uma guerra para matar bebês inocentes. Então, eu quero pedir para os senhores que nós, todos, que somos vereadores, possamos fiscalizar o que está acontecendo em cada posto de saúde, em cada lugar onde dizem que a mulher pode ter o

direito de abortar. Eu não entendo assim. Todas as vidas importam e, se é o meu corpo, minhas regras, eu que faça tudo para não engravidar. Muito obrigada.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): (16h43min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Requerimento nº 200/23, de autoria da Ver.^a Biga Pereira, trata-se de um requerimento para homenagear, com sessão solene, no dia 30, os 85 anos da Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Rio Grande do Sul. Registramos que na priorização consta o Dia do Comerciário, mas a vereadora fez um aditamento retirando a parte do Dia do Comerciário, que vai ser objeto de uma homenagem proposta pela Mesa, de forma a englobar toda a Casa. Solicito que coloque em votação a alteração da ordem de priorização.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o Requerimento de autoria da presidência para alterar a ordem de priorização, passando diretamente à apreciação do Requerimento nº 200/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 200/23 – (Proc. nº 01087/23 – Ver.^a Biga Pereira) – requer a realização de Sessão Solene no dia 30 de outubro de 2023, às 18 horas e 30 minutos, destinada a assinalar o transcurso do Dia do Comerciário e dos 85 anos da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Rio Grande do Sul – FECOSUL. **(SEI 299.00159/2023-11)**

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o [Requerimento nº 200/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0091/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 045/23, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que assegura ao idoso proprietário de imóvel comercial ou residencial o recebimento de guia impressa para pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). (SEI 032.00005/2023-13)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Moisés Maluco do Bem: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Márcio Bins Ely (Líder da Bancada do PDT);
- incluído na Ordem do Dia em 18-09-23

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em discussão o [PLL nº 045/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Vereadora Cláudia, que preside esta sessão, senhores vereadores, senhoras vereadoras, casualmente, ontem, li uma reportagem no UOL uma reportagem que vem ao encontro deste projeto que nós vamos votar. A manchete de ontem é que as pessoas com mais de 60 anos estão sendo alijadas do mercado de produção principalmente em função da tecnologia, e citava ali o exemplo dos bancos em que o aposentado que não controla essa tecnologia não consegue mexer no caixa para tirar ou pagar alguma coisa. Este projeto aqui, que tem uma emenda minha e do Ver. Cecchim, coloca para que a Prefeitura envie para aqueles com mais de 60 anos as guias do IPTU. Como a Prefeitura digitalizou todo esse trabalho, no último ano se viu que enfrentamos muitas dificuldades, principalmente desta faixa etária, de ter que ir até o mercado, até a secretaria, com chuva, com sol forte, gastando, para poder tirar a sua guia. Mas aí surgiu uma situação, por isso a emenda, pois nesse cadastro dos contribuintes a Prefeitura não tem a idade do contribuinte. Então nós colocamos uma emenda, o Ver. Cecchim e eu, que a Secretaria da Fazenda vai disponibilizar um meio de comunicação ou um telefone – não pode ser e-mail –, um telefone para que o aposentado ligue e peça que a Prefeitura envie a sua guia do IPTU para pagamento. É um projeto simples, um projeto singelo, mas é um projeto que vai beneficiar muitas pessoas que têm essa dificuldade de trabalhar com a tecnologia. Por isso eu peço o apoio e os votos das senhoras vereadoras e dos senhores vereadores. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 045/23.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereadora Cláudia, presidindo os trabalhos, colegas vereadoras, vereadores. O Bosco, nosso colega – o Cecchim parece que fez uma emenda –, tem uma preocupação muito correta, nós, infelizmente, não nos preparamos para tratar da pessoa idosa. Inclusive, agora a nomenclatura geral que está sendo utilizada, me parece mais correta, pessoa idosa, porque é tanto o homem quanto a mulher. As pessoas idosas são consideradas a partir dos 60 anos, mas tem uma legislação federal que já considera os superidosos os maiores de 80 anos. Nós temos que ter uma preocupação com essa população, porque só em Porto Alegre, Ver.^a Lourdes, nós temos em torno de 300 espaços privados que cuidam de idosos. São os locais de longa permanência para pessoas idosas. Nós temos poucas instituições públicas e talvez esse deva ser um dos debates aqui no futuro próximo, e nós temos que ter muito cuidado com a pessoa idosa acerca dessa questão eletrônica, porque a maioria dos idosos são pessoas que não são afeitas a essa questão, e nós estamos vivenciando um conjunto de crimes cibernéticos dirigidos, clara e objetivamente, contra as pessoas idosas. Então, a proposição que o Ver. João Bosco Vaz nos apresenta, nos parece bastante razoável e correta, porque assim, no meio físico, a pessoa pode decidir a forma de pagamento, se ela tem condições, ou alguém que a ajude a pagar através do boleto, com o leitor, que pode ser pago através do visor do telefone, como também ir a uma casa lotérica, uma instituição bancária e pagá-lo. Então acho que essa preocupação com a pessoa idosa é muito justa, ela é necessária, e nós não podemos simplesmente, quando há o dia de homenagem, dia nacional ou mundial da pessoa idosa, fazer alguma homenagem e passar o resto dos 360 dias do ano, Ver.^a Mônica, sem uma preocupação com a pessoa idosa. Eu, por exemplo, cuido da minha mãe, que tem 89 anos e vai para os 90, e o celular dela é um celular dos mais antigos, mas para ela é a novidade até agora, porque é isso que ela sabe manusear. Então nós temos que entender que nós temos um processo de longevidade muito grande no Brasil, e, no caso, Porto Alegre, colegas vereadoras e vereadores, Oliboni, é a capital do Brasil com maior número de idosos. No Centro Histórico nós já temos 40% de pessoas com mais de 60 anos. Então, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, me coube a honra de referendar, de apoiar esse projeto do Ver. Bosco. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 045/23.

Registro a presença do Presidente Ver. Hamilton Sossmeier.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Cláudio Araújo, vereadoras, vereadores, povo que nos assiste; meu caro amigo Ver. João Bosco Vaz, evidentemente apoiamos o seu projeto, é um projeto meritório, bem elaborado, bem-intencionado, e, na minha opinião, tem que ser aprovado por unanimidade nesta Casa. Parabéns à V. Exa., meu querido amigo, fraterno amigo João Bosco Vaz.

Eu aproveito este momento para uma reflexão conjunta de nós todos, Ver.^a Biga. Vejam bem, ontem foi domingo, eu tenho 67 anos, em janeiro completo 68, e eu

fui almoçar com meu pai, que tem 92. Meu pai tem cuidadora, tem cuidados especiais, já tem uma série de comorbidades, e eu falei para o meu filho: “Tem algo errado nisso”. Eu, que cuido do meu pai, tenho os mesmos direitos dele; ele tem que ter mais que eu. Nós temos que pensar nisso, nós temos que pensar na pessoa com mais de 85 anos, idade que, aliás, o pai do Ver. João Bosco Vaz teve, e bem mais – 93! Não é possível, Ver. Jessé e Ver. Giovane Byl, que são jovens, que eu tenha os mesmos direitos do meu pai. Ele tem que ter mais do que eu, é evidente, eu cuido dele. Eu não estou propondo nada aqui, já disse que nós vamos apoiar o projeto, apenas proponho, Ver. Cláudio Conceição, Ver.^a Mônica Leal, que a gente reflita sobre isso. As pessoas estão vivendo mais, e nós temos que ter uma outra forma de ver que aquela pessoa que tem mais de 85 anos precisa mais do poder público, precisa mais da sociedade do que simplesmente quem faz 60 anos, porque atualmente as pessoas fazem 60 anos – nós temos muitos aqui, eu sou um deles, mas nós temos muitos, o Bosco é outro – e mal se nota. A Ver.^a Mônica Leal, com 21 anos, não percebe; as pessoas fazem 60 e não se nota; mas 90 se nota! Eu queria passar aos meus colegas e às minhas colegas essa reflexão: nós temos que ter um outro olhar para aquele idoso com mais de 85 anos. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 045/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 045/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o Ofício nº 3.375/23, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, Prefeito Municipal de Porto Alegre, por meio do qual encaminha o PLE nº 035/23, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2024. (SEI nº 118.00598/2023-13)

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, ao PLL nº 061/23.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 035/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Mauro Pinheiro (PL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a inclusão do Requerimento nº 061/23 na priorização de votação da presente sessão; e que seja a terceira matéria a ser apreciada, logo após ao PLE nº 021/23.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0782/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 021/23, que altera o art. 1º da Lei nº 13.404, de 22 de março de 2023. (Alteração/Denominação/Praça) (SEI 118.00501/2023-64)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CUTHAB e CECE**. Relator-Geral Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, IV, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 25-09-23.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em discussão o [PLE nº 021/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Vereadora Cláudia, só uma pergunta: que projeto é esse? Dá para ler? Muda nome de rua?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O projeto altera o *caput* da Lei nº 13.404, dando nova redação que passa a ser a seguinte: (Lê.): “Art. 1º Fica denominado Generino e Vênus Tondo o logradouro público cadastrado conhecido como Praça 5071, localizado no Bairro Vila Conceição, com base na Lei Complementar nº 320, de 2 de maio de 1994, e alterações posteriores.” A justificativa do prefeito é no sentido de que: (Lê.): “Trata-se de Projeto de Lei que visa alterar a redação do art. 1º da Lei nº 13.404, de 22 de março de 2023 a pedido da Equipe de Sistemas e Banco de Dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS). A alteração refere-se à denominação antiga nos cadastros da SMAMUS, pois constou na Lei nº 13.404, de 2023 Praça 153/03, sendo que a denominação correta é Praça 5071”. Então está sendo mudada a numeração da praça.

Vereadora Mônica Leal (PP): Ver.^a Cláudia Araújo, um esclarecimento aqui, como um aparte: não altera o nome; é apenas o código que, na escrita, saiu errado.

Então, eu estou solicitando para que façam o ajuste, que fique compreensível. Não tem mudança nenhuma, apenas que coloquem o código certo. Só isso.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): *Ok, Ver.^a Mônica.*
Esclarecido, Ver. Ferronato?

Vereador Airto Ferronato (PSB): Esclarecido e voto favorável ao meu amigo Generino Tondo.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, o PLE nº 021/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 061/23 – (Proc. nº 0246/23 – Ver. Mauro Pinheiro) – Requer a constituição de Comissão Especial para tratar da concessão do DMAE. **(SEI 039.00021/2023-00)**

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 16-10-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga, o [Requerimento nº 061/23](#). (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**, 10 votos **NÃO**, 1 **ABSTENÇÃO**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0269/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 127/23, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que altera o art. 1º da Lei nº 1.472, de 19 de outubro de 1955 – que denomina o logradouro público D. Luiz Guanella, localizado na Vila Ipiranga. **(SEI 036.00053/2023-08)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Tiago Albrecht: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Fernanda Barth: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, IV, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- adiada a discussão por uma Sessão em 27-09-27;
- incluído na Ordem do Dia em 28-06-23.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em discussão o [PLL nº 127/23](#). (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Cláudia, eu vou fazer uma manifestação bastante rápida. Nós estamos propondo alteração de nome de rua. Tem uma série de assinaturas no projeto, e, lá da Dom Luiz Guanella, apenas uma assinatura. A mudança de nome de rua vai implicar custos, necessariamente, para os moradores de lá. Eu tive oportunidade de conversar com um morador de lá, e ele me pediu para votar contra, disse que ele era contra a mudança do nome de rua. Portanto, estou propondo, e eu estou numa reunião agora aqui no Grêmio, que se adie essa votação. Estou fazendo essa proposta para que o Ver. Moisés Barbosa faça isso. Obrigado e um abraço.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A alteração é “Rua Dom Luiz Guanella” para passar a ser denominada “Rua São Luis Guanella”.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Pois não, Ver. Moisés.

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSDB): Eu ouvi atentamente o que o Ver. Airto Ferronato pediu. Antes de concordar com ele, os colegas que quiserem fazer um adiamento de votação, quero só deixar claro que a solicitação da alteração de nome de rua se deu pelo trabalho da escola e da Igreja Nossa Senhora do Trabalho. A paróquia procurou, através de um antigo grupo de CLJ que eu fazia parte, com algumas pessoas, e fez essa solicitação. Mas eu não me importo nem um pouco de dialogar aí com os colegas. Se eles entenderem que não estão prontos para votar, não tem nenhum problema adiar a votação. Eu não me oponho.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 127/23.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, colegas, é o seguinte: as senhoras e os senhores têm ideia de quantas vias públicas têm denominações em duplicata? Várias, tem rua com um nome, o mesmo nome para outra rua. Claro que, às vezes, pode ter o caso como Av. Porto Alegre, no bairro Medianeira, e Rua Porto Alegre,

na Lomba do Pinheiro – já é um problema. Nós temos, por exemplo, várias ruas... Eu tenho um levantamento preliminar de 37 logradouros públicos em duplicata em Porto Alegre – isso causa uma confusão incrível! Mudar nome de rua só em caso excepcionalíssimo. Ver.^a Comandante Nádia, Rua Lageado, o correto seria com “j”, no entanto, como foi registrado historicamente com “g”, imaginem mudar agora para “j”, isso significa mexer em questões cartoriais e todos os registros de empresas naquela rua. Então, o que que nós temos que fazer? Não, a Rua Lageado foi registrada dessa maneira, então nós temos uma confusão imensa em ruas. Eu já falei com o vice-prefeito e ele está buscando algum funcionário que pudesse chegar na SMAM e assumir essa bronca. Se as senhoras e senhores quiserem alguém que é mestre no assunto, falem com o ex-vereador, sempre vereador, João Carlos Nedel. Já vos digo que em dezembro sairá o livro, talvez em novembro, com todos os nomes de rua que esse vereador deu e foi muito correto fazê-lo, e eu fiz toda essa compilação, nós vamos lançar um livro com umas quinhentas e poucas ruas, tudo como ele fez e que está dentro da legislação, o nome da rua, o CEP que vem depois, o bairro. Porque em 2016 houve uma mudança de bairros, é uma confusão incrível, na Zona Sul há uma confusão entre a Aberta dos Morros e outros bairros, é uma confusão incrível. Então, agora, eu discordo radicalmente da mudança desse nome, porque nós já temos a Rua Dom Luiz Guanella, e essas sutilezas, às vezes, de passar para “santo”, “são”, etc. e tal, isso pode gerar a maior confusão. Pode ter um abaixo-assinado, mas cabe ao vereador dizer o seguinte: “Mas por que mudar? Vocês acham que é tão simples mudar? Não é tão simples mudar.” Tem nomes que eu não gostaria. As senhoras e os senhores sabem que nós temos uma rua em Porto Alegre chamada Barão de Ubá? Vocês sabem quem foi esse cidadão? Gente, ele foi um dos maiores escravagistas do Brasil! Nós temos outros que as pessoas discordam porque é de uma outra facção política, mas nós não vamos mudar. Essas pessoas existiram. A não ser um nome que seja condenado no mundo inteiro, aí nós não vamos aceitar, ou até poderíamos mudar. Mas esse negócio de mudar de nome, Ver. Cecchim, é muito complicado. Nós já deveríamos fazer um levantamento de duplicidade, discutir isso com a comunidade, para que não volte a acontecer essa duplicidade. Nós temos o Largo Glênio Peres, a Rua Glênio Peres e o teatro aqui do lado. Para muitas pessoas importantes nós entregamos – eu acho que foi na sua gestão já – um rol de nomes de pessoas importantes, que os vereadores podem solicitar, eu posso passar, porque eu não vou nominar 180 nomes de rua, mas eu tenho esse levantamento de pessoas importantes que não têm denominação, inclusive já com a exposição de motivos pronta, porque estou falando de pessoas que não precisam ter atestado de óbito, são personalidades, então não precisa ir atrás disso. Nós sabemos que houve uma modificação legislativa e queremos colaborar para simplificar e não complicar. Obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Não havendo vereadores inscritos para discutir a matéria, encerrada a discussão.

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSDB): Presidente Cláudia, eu apelo para saber se a gente tem como atender o requerimento do Ver. Airto Ferronato e adiar a votação deste projeto.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O senhor gostaria de adiar por quantas sessões, vereador?

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSDB) (Requerimento): Por duas sessões, dá tempo, inclusive, de eu ouvir todos os vereadores, e, se for o caso, até ir lá falar com o pessoal da paróquia e até demovê-los da iniciativa. Eu não tenho nenhum problema com isso. Eu acho prudente que a gente adie a votação para a gente poder fazer isso.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Declaro reaberta a discussão para que nós possamos fazer uma eventual emenda se necessário, e que possa ser votada daqui a duas sessões.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, aditado pelo Ver. Moisés Maluco do Bem, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do PLL nº 127/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 244/22 da priorização de votação.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a retirada do PLCE nº 018/23 da priorização de votação.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1454/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 135/15, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que obriga as empresas contratadas pelo poder público para

prestação de serviços que utilizem veículos automotores ou equipamentos automotores, para essa finalidade, e que sejam remuneradas por quilômetro rodado, por hora trabalhada ou por roteiro pré-determinado ou estimado a instalar, nesses veículos ou equipamentos, dispositivo de rastreamento e monitoramento via satélite com tecnologia Global Positioning System – GPS –, Global System for Mobile – GSM – ou General Packet Radio Service – GPRS – e dá outras providências. (SEI 118.00061/2021-83)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Waldir Canal: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEDECONDH**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01 (empatado).

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Márcio Bins Ely;
- com Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, da Ver^a Mari Pimentel (Líder da Bancada do NOVO) e dos Vers. Tiago Albrecht, Jessé Sangalli, Cláudio Conceição e Ramiro Rosário;
- com Emenda nº 02, da Ver^a Mari Pimentel (Líder da Bancada do NOVO) e dos Vers. Tiago Albrecht, Jessé Sangalli e Cláudio Conceição;
- incluído na Ordem do Dia em 08-03-21.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em discussão o [PLL nº 135/15](#). (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores assessores, assistência, pessoas que nos ouvem aqui e acolá através das redes sociais, esse é um projeto que mostra que é possível fazer política em Porto Alegre, uma política conjunta, mesmo que de paletas de cores diferentes. Esse é um projeto antigo, de 2015, do colega Márcio Bins Ely, e é um projeto bom. Nós, do NOVO, aplaudimos a iniciativa de Márcio Bins Ely, porque é um projeto simples que refere que as empresas contratadas pelo poder público para prestação de serviços que utilizem veículos automotores ou equipamentos automotores sejam remuneradas por quilômetro rodado, por hora trabalhada ou por roteiro predeterminado. Que esses que são pagos por quilômetro e por roteiros tenham sistema de GPS. Como esse projeto é de 2015, Ver. Bins Ely, senhoras e senhores vereadores, nós, do NOVO, fizemos duas emendas assinadas pela minha líder, Mari Pimentel; uma fixando aplicação de lei apenas aos editados publicados após a sanção, para dar uma segurança jurídica e para nós, do NOVO, a livre concorrência é muito importante, portanto que seja de agora para frente; e a outra emenda que permite a utilização de qualquer tipo de rastreamento, e não apenas o GPS

ou GPRS, que era o que havia de tecnologia há oito anos, portanto em 2015. Hoje, nós temos o Elon Musk oferecendo internet por satélite, o que é algo que não se imaginava. Portanto nós, do partido NOVO, entendemos ser um projeto bom, de transparência com o dinheiro público, de fiscalização. Fizemos essas duas emendas, Ver. Márcio, pedimos que o senhor trabalhe também pela aprovação, porque entendemos que moderniza esses dois pontos. Que os próximos editais passem a valer a segurança jurídica, e além do GPS, outras formas de auditamento, já que de 2015 para cá a tecnologia mudou bastante. Então, nós vamos votar “sim” nas emendas e “sim” no texto. Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLL nº 135/15.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Eu peço uma atenção muito especial da Diretoria Legislativa ao que eu vou comentar. O Luiz Afonso está na Mesa?

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Ele não está, Ver. Ramiro.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Bom, o Sandro está aí de qualquer forma. Eu peço uma atenção muito especial. Recentemente nós tivemos uma matéria, inclusive, falando sobre a aprovação de uma lei na Câmara de Vereadores de Porto Alegre que já havia sido aprovada e sancionada. Já comentei a respeito, inclusive, com o Luiz Afonso, eu acredito que nós precisamos, de alguma forma, aqui na Casa, buscar qualificar o trabalho da pesquisa legislativa sobre o que já existe, o que já está implementado, o que já está em execução, o que já está aprovado pela Câmara de Vereadores e o que já está sancionado pelo prefeito.

Esse projeto de lei, do Ver. Márcio Bins Ely, com certeza é meritório, porém ele já existe, ele faz parte da [Lei nº 12.827](#), de 2021, uma lei inclusive de minha autoria, denominada como pacote contra a corrupção. No seu art. 4º, inc. I, que diz: “Nos editais de licitação, quando compatível com o objeto contratado, deverá obrigatoriamente constar o uso de tecnologias que possibilitem o monitoramento de veículos, máquinas e equipamentos.” Então, esse projeto de lei que está agora sendo discutido no plenário, aqui na Câmara de Vereadores, ele já existe e corre o risco, mais uma vez, de nós termos mais uma lei aprovada, sendo que o objeto, sendo que a lei em si já existe na cidade. Portanto, eu reforço ao diretor Luiz Afonso, reforço à Mesa Diretora que nós tenhamos mecanismos eficazes, até mesmo em respeito aos tempos dos parlamentares, até mesmo em respeito ao tempo da Câmara de Vereadores, para que nós não fiquemos discutindo propostas que já existem, que já foram sancionadas e que já estão vigentes inclusive, dentro do Município, entregando resultados para a cidade. Então, eu peço, novamente aqui, ao diretor Luiz Afonso, à nossa Mesa que possa revisar esse fluxo, providenciar o devido levantamento das leis, dos projetos e da legislação existente já no Município, para que não se tenha mais esse tipo de situação, além, obviamente, de também valorizar os vereadores e parlamentares que já passaram por aqui, ou que estão aqui, e já tiveram as

suas propostas e seus projetos aprovados, e aí vêm novamente se discutir o mesmo tema. Era minha contribuição e o meu alerta para a Casa. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o PLL nº 135/15. (Pausa.) O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente dos trabalhos, Ver.^a Cláudia Araújo, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores, vereadoras; público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores; primeiramente agradecer aqui ao Ver. Tiago, muito oportunas e importantes as emendas ao projeto, eu acredito que o projeto é específico, ele fala a respeito do quilômetro rodado. Eu acredito que o projeto do Ver. Ramiro é importante, interessante também, mas ele é mais guarda-chuva, fala a respeito do monitoramento das contratações de forma genérica, e no nosso caso, a nossa intenção, eu até conversava com a Ver.^a Lourdes, que antigamente se fazia na planilha, tomava nota do número do hodômetro do carro, calculava ali, sai da empresa, vai até o canteiro de obras, volta, então eu acho que hoje as tecnologias estão aí para transformar cada vez mais em realidade a transparência dos atos dos poderes constituídos. Então eu acho que vale para o Executivo, vale para o Legislativo, vale especialmente para as empresas que atuam e recebem mediante a aferição do quilômetro rodado. Eu acho que o que abunda não prejudica, então a abundância no controle, no formato de constatação do que efetivamente de serviço foi prestado em favor da cidade, em favor das pessoas, em favor do interesse coletivo, tem um valor agregado, Ver. Oliboni. É importante, sim, dizer que as empresas que têm carro locado, que recebem mediante quilômetro rodado, sim, que elas têm que ter tecnologia embarcada, agregada, para que se possa aferir quanto que foi o deslocamento e para que então, sobre esse deslocamento, elas possam estar recebendo, e que essa aferição seja feita pela tecnologia à disposição hoje. Então acho que é importante, sim, cumprimentar o Ver. Ramiro, que lá no artigo da lei ele coloca que os editais, que seja tudo aferido, enfim, mas nesse caso fala especificamente

do serviço prestado por quilômetro rodado; então, acho que reforça, sim, agradecer a compreensão dos vereadores que nos antecederam, que se manifestaram favoráveis ao projeto, reiterar aqui a nossa posição de que é importante, sim, é mais uma ferramenta de controle, é mais uma ferramenta de auxílio, é mais uma ferramenta que busca dialogar com o futuro, que busca dialogar com a transparência, sim; então, cada vez mais tendo a tecnologia à disposição, por que não instituir um regramento que possa habilitar, digamos assim, a diminuição da margem de erro; é nesse sentido que a gente reforça aqui o nosso pedido de apoio. Acho que é um projeto bom para cidade, dialoga com a tecnologia; hoje, praticamente tudo é tecnologia, a inovação está presente. Hoje a gente percebe que muito se evoluiu no que diz respeito a tecnologias para esse tipo de registro de deslocamento; então, a gente reitera aqui a nossa iniciativa e pede o apoio dos nobres pares, porque a gente entende que é importante, sim, para cidade, esse tipo de iniciativa, que vai agregar valor, vai trazer mais transparência, vai ter mais precisão ao

aferir nos deslocamentos. E nós não vamos estar, assim, desperdiçando nenhum centavo do dinheiro público; e não estamos dizendo aqui que estamos fazendo qualquer tipo de desperdício, mas é mais um controle que vem para auxiliar, que vem para trazer um regramento mais claro, mais objetivo, mais pontual, mais específico, Ver. Cecchim, essa é a nossa intenção, de corroborar, no sentido, com os atos da gestão pública, em especial na contratação por quilômetro rodado em Porto Alegre. Pela atenção, muito obrigado, espero poder aprovar o projeto na tarde de trabalho de hoje, um abraço.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 135/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 135/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Queria agradecer aos vereadores que emendaram com objetivo de aperfeiçoar ainda mais o projeto, conforme V. Exa. mencionou os vereadores que subscreveram as emendas. Agradeço e acho que corroboram com o espírito projeto.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o PLL nº 135/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador José Freitas (REP) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que o PLL nº 300/21 seja a sétima matéria a ser apreciada na Ordem do Dia de hoje e para que o PLL nº 008/22 seja a vigésima sexta matéria a ser apreciada.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Voltamos ao PLL nº 135/15 para a votação da Emenda nº 02, foi votada a Emenda nº 01, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 e o projeto; não foi votada a Emenda nº 02.

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 135/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Vereador Marcelo Sgarbossa (sem partido) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da votação do PLL nº 093/23 por uma sessão.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0733/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 300/21, de autoria do Ver. José Freitas, que institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia no Município de Porto Alegre. **(SEI 034.00299/2021-10)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOP**. Relatora Ver^a Mari Pimentel: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Karen Santos: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Aldacir Oliboni: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas;
- com Emenda nº 02, do Ver. José Freitas (Líder da Bancada do REP);
- com Emenda nº 03, do Ver. Jessé Sangalli (Líder da Bancada do Cidadania);
- incluído na Ordem do Dia em 01-06-22.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em discussão o [PLL nº 300/21](#). (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras e público que nos assiste; esse projeto então institui a política municipal de proteção dos direitos da pessoa com fibromialgia no município de Porto Alegre. Eu conheci essa realidade dos fibromiálgicos em 2021, quando eu conheci uma grande liderança, a Heloísa, que luta pelos fibromiálgicos do nosso Rio Grande do Sul. Para quem não conhece, essa é uma doença reumática que acomete 2% da população mundial, e mais frequentemente, mulheres. A síndrome ocasiona dores generalizadas, dificulta atividades simples do dia a dia como cuidar dos filhos, cozinhar, trabalhar, e etc.

em função das dores. Grande parte das pacientes também tem fadiga, alterações do sono, distúrbios intestinais, depressão e ansiedade, e o projeto prevê o atendimento multidisciplinar desses pacientes, a disseminação de informações relativas à fibromialgia, o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com fibromialgia e a atualização anual, sempre na semana do dia 12 de maio, dos dados referentes à pessoa com fibromialgia no Município. No dia 6, nós realizamos um seminário aqui na Câmara de Vereadores, através da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que eu presido. O diretor da atenção hospitalar de urgência, Dr. Favio Telis anunciou que o Executivo está encaminhando o centro das dores, em Porto Alegre. Isso é muito importante, Ver. Idenir Cecchim.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Só para esclarecer para os colegas vereadores como é que se faria a identificação nos veículos. Parece que teria que ser uma placa, tipo a do idoso, uma coisa assim para a EPTC poder fazer.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Isso. Sim. Nós temos as emendas aqui. Isso vai ser trabalhado junto com o Executivo. Então, já está previsto que, em Porto Alegre, venha a se criar, como tem em Cachoeirinha, o centro da dor, que é para atender esse público. Temos duas emendas. As emendas foram tiradas nesse seminário, por isso que nós protocolamos depois, porque não tinha mais tempo de protocolar. Nesse seminário, então, nós criamos essas duas emendas. A primeira emenda é só uma adequação dentro do parecer da Procuradoria, é só uma adequação; e a segunda emenda, então, é a que surgiu no nosso seminário, as ideias que nos trouxeram. A primeira diz o seguinte, a primeira mudança: desenvolver capacitação de agentes comunitários de periodicidade anual para identificar sintomas fibromiálgicos. E o segundo: é permitido às pessoas com fibromialgia e doenças inflamatórias intestinais estacionar nas vagas de estacionamento reservadas a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, nas áreas de estacionamento de uso público e de uso privado coletivo, no âmbito do município de Porto Alegre, e garante o assento preferencial a pessoas portadoras de fibromialgia no transporte coletivo, desde que apresentem a carteira de identificação dos fibromiálgicos, emitida pelo Executivo municipal. Isso porque as pessoas acometidas por fibromialgia têm dores intensas e problemas sérios de mobilidade. Eu agradeço a atenção de todos. Obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 300/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 300/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 03, ao PLL nº 300/21.

Vereador José Freitas (REP): Nós conversamos com Comdepa, o Comdepa é contra essa Emenda, que é o que trata a matéria, considerar pessoas fibromiálgicas pessoas com deficiência.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Feito o registro, Ver. José Freitas. Pois não, Ver. Jessé Sangalli.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Nós temos uma das pessoas que participou, inclusive, da reunião com o vereador, que solicitou isso para o gabinete, a Marcinha, que é conhecida, inclusive, como a Marcinha da fibromialgia, porque às vezes é negado alguns serviços e algumas preferências que a lei permite ter a reserva de vaga, por exemplo, para pessoas com deficiência. Então, em respeito a essa senhora, colega minha de partido, que pediu, nós fizemos a emenda, e os vereadores julgam se as pessoas com fibromialgia merecem ter acesso a todas as reservas destinadas às demais pessoas com deficiência, ou se dentro desse espectro vai ter o preconceito também. Obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registrado, Ver. Jessé Sangalli. Pois não, Ver. Pedro Ruas.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, Cláudia Araújo, não cabe a esse plenário, não cabe a nós, vereadoras e vereadores definir se o portador, a portadora de fibromialgia é, de fato, uma pessoa com deficiência física. Acho que essa decisão pode existir, mas não é nossa; mas médicos, enfim, pessoas da área da saúde podem e devem definir isso. O que nós podemos é definir se elas têm, hoje, com o conhecimento que nós temos neste momento exato, a condição de serem equiparadas a essas pessoas. Eu digo, com o maior respeito aos fibromiálgicos e ao Ver. Jessé, que eu não tenho condições de equiparar neste momento. Então eu votaria “não” neste momento, mas isso não quer dizer que ele não tenha razão. O meu conhecimento não me leva a equiparar, porque os deficientes lutaram décadas, décadas, para terem os direitos que têm, e eu não posso, talvez uma outra doença... Quantas doenças existem? Equiparar e equiparar... Nada quanto à ideia do Ver. Jessé. Eu sou advogado, eu não conheço a doença profundamente. Nessas condições, eu vou ter que votar “não”.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Feito o registro, Ver. Pedro Ruas.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Só para registrar o que que está escrito na emenda. A emenda diz que a pessoa portadora de fibromialgia é considerada pessoa com deficiência no âmbito municipal para todos os efeitos legais, ou seja, reserva de vaga para estacionamento, reserva de preferência na questão de fila; essa é a lei, com base no que diz a lei nacional, que diz que tem que ter um laudo dizendo que ela tem

fibromialgia. Então é só para dizer que aquelas reservas que são para os deficientes também se aplicam às pessoas com fibromialgia com o laudo, só para deixar registrado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Feito o registro, Ver. Jessé.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta e pelo Ver. Tiago Albrecht, a Emenda nº 03 ao PLL nº 300/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Com 18...

Vereador Claudio Janta (SD): Presidente, eu votei e meu voto não foi registrado, eu votei “não”.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O tempo de 1min32seg passou quando eu anunciei e não tinha o voto dos vereadores.

Vereador Claudio Janta (SD): Presidente, eu estou acompanhando a votação *online*, eu fui o primeiro a votar, e antes de a senhora encerrar eu votei lá.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Claudio Janta votou direto para o colega assessor. Só um pouquinho que nós vamos resolver.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Vamos reiniciar o painel e vamos colher novamente os votos da Emenda nº 03 ao PLL nº 300/21. Solicito a abertura do painel para colhermos os votos dos vereadores.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Pedimos para os vereadores que estão remotamente atentarem: quando encaminharem os votos pelo *chat*, mandem para todos e não especificamente para alguém, senão a gente não acessa aqui.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta e pelo Ver. Tiago Albrecht, a Emenda nº 03 ao PLL nº 300/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**.

Em votação o PLL nº 300/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito a presença dos líderes à Mesa. (Pausa.) Obrigado, gente. Está acordado então.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB) (Requerimento): Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 017/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Gilson Padeiro. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 011/23, por uma sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0041/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 017/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que estabelece que o Município de Porto Alegre disponibilizará o Código de Barras Bidimensional Quick Response (QR Code) nas placas de obras públicas executadas por sua Administração Direta e Administração Indireta ou por empresas terceirizadas. **(SEI 165.00020/2023-10)**

Pareceres:

- da CCJ. Relator Ver. Tiago Albrecht: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CEFOR. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto;
- da CUTHAB. Relator Ver. Moisés Maluco do Bem: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 07-08-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 017/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde, Presidente Hamilton Sossmeier; boa tarde, vereadores e vereadoras e todos os que nos assistem pela TVCâmara e pelas redes sociais. Este projeto é porque a gente se preocupa muito com a

transparência das obras da cidade. O Município de Porto Alegre disponibilizará QR Code nas placas de obras públicas executadas pela administração direta e indireta ou pelas empresas terceirizadas. O QR Code vai direcionar o cidadão para a página específica no *site* da Prefeitura, onde deverão constar informações como investimento total, cronograma, responsável técnico, etc. sobre aquela obra em específico que consta no QR Code. Além do acesso às informações, a página disponibilizará ao cidadão o registro de denúncias e críticas relacionadas à execução da obra pública. Com este projeto buscamos a transparência e o fácil acesso às informações. Com o QR Code, qualquer pessoa pode chegar com o seu telefone celular e acessar diretamente as informações sobre aquela obra que está acontecendo na sua rua, no seu bairro, ou em qualquer lugar da cidade. Conto com o apoio dos colegas para a aprovação desta proposição, para que possamos implantar, cada vez mais, a transparência nas obras públicas no nosso Município de Porto Alegre. Um abraço a todos. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLL n° 017/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, Ver. Gilson Padeiro.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): Presidente Hamilton Sossmeier, eu queria agradecer a todos os vereadores que votaram num projeto muito importante para nossa cidade de Porto Alegre. Um abraço.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. N° 181/23 – (Proc. n° 0975/23 – Ver^{as} Biga Pereira e Karen Santos e Vers. Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Marcelo Sgarbossa, Aldacir Oliboni e Eng° Comassetto) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “à Deputada Estadual Bruna Rodrigues, em razão da condenação da parlamentar pelo crime de ‘vias de fato’ imputado pelo ex-vereador Alexandre Bobadra (PL)”. (SEI 299.00129/2023-04)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento n° 181/23](#). (Pausa.) A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente. Colegas vereadores, aqui eu vejo vários vereadores que assinaram esta moção de solidariedade, vereadores do PCdoB, PSOL e PT. Sinceramente, eu não entendi muito esta moção de solidariedade, nós estamos sendo solidários a uma ação privada entre duas pessoas, e nós estamos, neste momento, aqui, indo contra o que a justiça determinou, é

isso? Só para entender, não é? Se é uma moção de solidariedade à deputada em razão da condenação da parlamentar pelo crime de vias de fato, se a deputada foi condenada, passou por uma instância, teve seu advogado, teve o advogado de defesa, de acusação, teve um juiz que definiu a condenação, aí nós, vereadores, queremos ser os orientadores do que a Justiça definiu ou não, é isso? Eu, sinceramente, não tenho nada contra a deputada estadual, respeito a moção de solidariedade dos colegas, mas vou votar “não”. Não vou votar a favor de uma deputada, em contrariedade ao que definiu a Justiça. Desculpem-me, é “não”.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 181/23.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Bom, eu quero ver, depois, a defesa que os vereadores vão fazer com relação a esta moção de solidariedade, queria que eles tivessem vindo falar antes para explicar. Porque, para quem não lembra do fato, existia uma rusga entre a esquerda e a direita, uma animosidade, no ano passado, na questão política, ora do PCdoB, e empurrou o Ver. Alexandre Bobadra. Lembro que ele era criminalizado porque é violência política de gênero, não sei o quê. E teve toda a questão da promoção por parte do Ministério Público, teve advogado de defesa, advogado de acusação, teve a questão de um juiz que avaliou e, depois de ter feito toda a análise, o Judiciário a condenou por ter agredido o parlamentar aqui, naquele microfone. Se não me engano foi essa a ocasião. E daí agora, fazer uma moção de solidariedade a quem cometeu a agressão porque supostamente existe algum tipo de preconceito, algum tipo de racismo, mas, cara, foi um fato observado aqui e condenado pelo Judiciário. A moção é contra o Judiciário? Eu não entendi exatamente contra quem é esta moção. A moção é contra o Poder Judiciário, contra uma decisão judicial? Sendo que nós testemunhamos aqui a questão da agressão. Não vejo que faça sentido esse tipo de moção. Então, por coerência, tendo a decisão judicial transitada em julgado, ela tendo sido condenada a pagar inclusive multa por conta disso, porque teve a transação penal, foi convertida em dia/multa, alguma coisa nesse sentido, agora vai-se criminalizar o Judiciário, alegando uma falsa narrativa de que foi racismo estrutural, violência política de gênero? Se foi violência política de gênero foi ao contrário, foi contra o Alexandre Bobadra, por ser homem e por ter tentado usar o microfone para fazer um aparte aqui, num dia de sessão. Então, não vejo nem pé nem cabeça nesta moção, vou votar contra e deixo aqui registrado qual é o meu posicionamento. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 181/23.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Hamilton Sossmeier, é com tristeza que a gente vem aqui ter que explicar, me parece que até é o óbvio. Porque vocês que estão aqui desde o início são testemunhas que no dia 1º de

setembro de 2021, durante a sessão plenária desta Casa, enquanto a deputada exercia aqui a vereança, Bruna Rodrigues, o vereador, que agora é cassado, afirmou, em provocação à vereadora, que ela só podia sentir tesão por ele. Esse foi o debate, alto nível – alto nível! –, diante da gravidade de cunho machista, misógino, das ofensas cometidas pelo ex-vereador para a Ver.^a Bruna. Em 3 de setembro, a Bruna, vereadora, registrou um boletim de ocorrência denunciando o então vereador, hoje cassado, Alexandre Bobadra, pelo crime, sim, de violência política de gênero. Alexandre Bobadra foi indiciado por delito de violência política de gênero e, na tentativa de se vingar dessa ocorrência que Bruna registrou, ele entra na justiça dizendo que a Bruna teria ido a vias de fato com ele. Esse é o debate: que a Bruna teria ido a vias de fato com ele. Alguém de vocês aqui presenciou tal fato em que a Bruna foi às vias de fato com o então vereador? Ah empurrou... Eu fico me lembrando no dia, Presidente Sossmeier, que nós fomos inaugurar, aqui ao lado da Câmara, os espaços para as empresas terceirizadas, para os empregados terceirizados, e, num dos momentos, nós nos posicionamos para tirarmos uma foto. Naquela oportunidade, o então vereador, hoje cassado, pediu que eu saísse da frente dele, pois eu estaria tapando o cidadão. Vejam bem a minha altura, e eu estou aqui no púlpito elevado, e eu estaria na frente daquele vereador medindo... Aí eu me reporto à mesma situação, Comandante Nádia, desse tal empurrão, imaginando a Bruna, de um metro e meio, como eu, empurrando a criatura. Não, gente, chega a ser hilário – chega a ser hilário! E aqui o que nós estamos propondo, eu quero deixar claro, nós não estamos nos contrapondo ao Judiciário daqui, dali ou de acolá, nós estamos propondo uma moção de solidariedade a uma parlamentar que, no exercício da sua função, tem um homem que vem agredi-la e dizer que o que ela sente por ele é tesão. É isso, isso é violência política de gênero, isso é que afasta as mulheres da política, isso é que impede que mais mulheres estejam aqui.

Se alguém aqui não sabe o que é violência política de gênero, eu lembro de quando a Ver.^a Mônica Leal presidia esta Casa e as barbaridades que passou. Eu lembro de cada atitude de parlamentares homens para, sim, amedrontar e afastar as mulheres da política como fizeram com a Ver.^a Bruna. Por isso, a nossa moção é, repito, de solidariedade à Bruna, não é moção esbrachando quem quer que seja, seja do Judiciário, seja de onde for. É de solidariedade a uma parlamentar negra, que ousou e que foi a primeira parlamentar eleita para a Assembleia Legislativa. E isso machuca, sim, muitos brancos, isso machuca muitos homens e algumas mulheres, fazer o quê? Esta é a sociedade em que nós vivemos. Por isso, eu peço a cada colega aqui que tenha esta sensibilidade de aprovar a moção de solidariedade que nós estamos propondo. Muito obrigada, Presidente; obrigada, colegas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver.^a Biga Pereira.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Só para complementar, por favor, Presidente, só quero deixar bem claro que foi uma juíza, Lisiane Barbosa Carvalho, que teve a decisão de efetivamente condenar a então Ver.^a Bruna. E, para deixar bem claro,

na hora de se votar, a magistrada entendeu que a ré agiu com perfeita consciência da ilicitude dos seus atos, sendo reprovável a sua conduta.

Vereadora Mônica Leal (PP): É importante registrar até, neste momento, porque eu respeito todos os vereadores, as vereadoras, independente de siglas partidárias, mas a Ver.^a Biga colocou de uma forma de que nós, ao votarmos “não”, estaríamos contra as mulheres. Eu não concordo com isso, porque eu sou uma pessoa legalista, eu respeito a lei. No momento em que a justiça tem essa decisão, esta moção perde o sentido, nós não podemos votar contra a decisão da justiça. Então, tem que ficar registrado isso.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 181/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, me parece que essa moção é baseada em misoginia, porque é uma juíza mulher. Eu queria saber se fosse um juiz homem, se teriam toda essa volúpia. Então, me parece que o lugar da mulher é onde ela quiser, é só se a mulher é de esquerda, porque quando é uma juíza fazendo o seu trabalho, aí vem a esquerda com diversas assinaturas, Ver. Cecchim, como dito, e acaba protocolando esta moção de repúdio com tons misóginos contra uma juíza. É interessante também que, quando a justiça convém, é o melhor dos mundos; aí quando a justiça dá ganho de causa para alguém que está processando um político da esquerda, invoca-se até a questão do racismo. Eu lamento muito a fala da Ver.^a Biga que quer colocar tons de racismo numa moção de repúdio para uma mulher que foi condenada por agressão. Todos são iguais perante a lei. Não é papel deste Legislativo abordar ou criticar resultado de ações judiciais particulares, veja bem, esse é um processo particular, CPF contra CPF. Fosse o caso que o partido comunista utilizasse o seu tempo de liderança e trouxesse a esta tribuna a sua insatisfação, agora, imaginem se nós viéssemos aqui protocolar moções envolvendo as mais de 40 ações judiciais que um ex-vereador petista desta Casa responde, por exemplo, íamos ter que ter 40 moções de repúdio, Ver. Mauro, líder do PL. Então, não se trata de uma ação judicial envolvendo questões municipais, tampouco decisões políticas ou envolvendo políticas públicas que atinjam o Legislativo como um todo. Por isso, encaminho o voto “não” do partido NOVO, esperando a mesma sororidade com as israelenses estupradas e que tiveram que marchar pelas estradas da Palestina ainda com o sangue nas partes íntimas. Eu espero sororidade como aquela vez tivemos uma moção que trancou a pauta desta Casa por uma mulher que, àquela altura, aparecera com hematomas, supostamente agredida por um político. Então, que esta Casa saiba ter sororidade sem olhar para bandeira partidária. Sororidade, quando interessa, é picaretece. Por isso, o partido NOVO vai votar “não”. Não por racismo, não porque é branco, porque é homem, porque é mulher. Não porque não tem nada a ver com esta Casa. É um processo CPF, CPF. A moça foi condenada, o ex-vereador Alexandre Bobadra, que merece meu respeito, foi cassado, enfim, compra-se, mas ele merece o meu respeito pelo

trabalho que teve aqui nesta Casa, e, então, CPF com CPF, que as partes se entendam. Por isso o partido NOVO vota “não”.

(A Ver.^a Cláudia Araújo reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSDB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 181/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Cláudia Araújo, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu normalmente não venho à tribuna para discutir essas moções. Quero deixar bem claro que eu fui testemunha, lá na justiça, a favor da vereadora, hoje deputada, Bruna Rodrigues. Então, eu já falei, e eu me nego a votar contra aquilo que eu disse lá na justiça. Se eu fui lá de boa vontade, fui testemunha da ex-vereadora, ela me arrolou como testemunha, eu falei a verdade, não podia ser diferente, como é que eu vou votar uma moção contra uma juíza, mulher, só podia ser, uma juíza mulher. E aí os camaradas do partido comunista do Brasil não precisam forçar isso, já está bem, está tudo calmo, ninguém mais está falando do assunto, e aí vamos fazer uma votação constrangedora, contra ou a favor da justiça. Mas onde é que nós estamos? Contra ou a favor da justiça que já deu seu veredito, e eu respeito a justiça quando ela é a favor e quando ela é contra; ou só nós temos que respeitar aquilo que o ministro Alexandre de Moraes fala, mesmo quando nós não concordamos? Mas quando há um processo, um rito normal como houve nesse caso, eu acho que nós não precisamos ficar aqui remoendo. Então eu não votarei nesta moção. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 181/23, pela oposição.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu confesso, Ver.^a Biga, que alguns dos argumentos trazidos nesta tribuna, por vezes fico em dúvida se são uma provocação, se são uma piada. Trazer para esta tribuna que esta moção apresentada, não só por mim e por ti, Ver.^a Biga, mas por outros colegas, se justificaria pelo fato de a juíza ser uma mulher, eu penso ser uma dessas duas possibilidades: ou uma provocação ou uma piada de péssimo gosto, que, evidentemente, não se trata disso. Eu quero resgatar alguns fatos que acompanhei aqui, não como vereador que sou hoje, mas como assessor que era, daquilo que vivemos entre 2021 e 2022. É importante que todo mundo aqui lembre que Bobadra, hoje cassado, foi denunciado pela hoje deputada Bruna, em setembro de 2021, por violência política de gênero – em setembro de 2021. Em março do ano seguinte, Ver.^a Biga, a Polícia Civil indícia o ex-vereador Alexandre Bobadra por violência política de gênero, e, somente no dia 11 de março, depois de ter sido indiciado, o ex-vereador Alexandre Bobadra decide, então, fazer uma acusação a hoje deputada Bruna, de um episódio que, segundo ele, teria ocorrido meses antes – coincidência ele ter

feito esse boletim de ocorrência somente depois de ter sido indiciado? Não sei se todos e todas têm acompanhado meu raciocínio, mas Bobadra apresentou uma acusação contra a atual deputada Bruna Rodrigues, somente depois de ter sido indiciado; isso para mim não tem outro nome que uma tentativa de vingança, que é exatamente a continuidade da violência política de gênero, sim; se não bastasse ter sido indiciado pela Polícia Civil, foi recentemente indiciado também pelo Ministério Público. Eu quero fazer uma pergunta sincera para todo mundo que me ouve, a todo mundo que me ouve, quantas vezes esta Câmara viu confusões acontecerem aqui, empurra— empurra entre vereadores e vereadoras? Eu que há pouco tempo, Ver. Biga, acompanho o plenário da Câmara, já vi isso em mais de uma oportunidade. Eu tenho certeza de que quem é honesto e honesta sabe que isso já aconteceu em mais de uma oportunidade aqui, mas não é coincidência, assim como não foi coincidência o boletim de ocorrência do Bobadra acontecer só depois de ele ter sido indiciado, não é coincidência que um único eventual empurra-empurra leve à condenação de uma mulher negra, não é coincidência. E o racismo, quero dizer aos senhores e às senhoras, está presente na Câmara, está presente no judiciário, está presente nas instituições, porque ele é estrutural; mas ainda que ele seja estrutural, Ver. Marcelo Sgarbossa, e por consequência ele se manifesta nas instituições, o que nós propomos aqui é uma moção de solidariedade à deputada Bruna, que, ao contrário do que foi dito dessa tribuna, ainda está recorrendo da decisão judicial. Eu quero dizer para vocês que tenho a certeza absoluta que a ex-vereadora, agora deputada, primeira deputada negra da história do Rio Grande do Sul, deputada negra mais votada da história do nosso Estado, será absolvida na justiça. Junto com a Laura Sito, as primeiras deputadas negras da história deste Estado, ela será absolvida na justiça. Faço um apelo para que nós honremos a história de uma Câmara, que, pela primeira vez na história, teve uma bancada negra. Que a gente honre essa história e aprove a nossa moção de solidariedade à atual deputada que será absolvida na justiça, e, certamente, Bobadra vai ser condenado, como já foi condenado e seguirá sendo, inclusive nas urnas. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 181/23, pelo governo.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Bom, toda moção tem um fato, ou favorável ou negativo. Tem moção de solidariedade, tem moção de repúdio, tem moção de protesto, e a esquerda, mais uma vez, se vitimiza, fingindo que é na verdade a vítima, quando de fato foi o provocador de uma ação que resultou em uma condenação. Ninguém aqui está inventando nada. O que nós temos aqui? Vou mostrar para vocês, se vocês quiserem olhar fatos, vocês vão olhar fatos. Se não quiserem, não adianta nada que nós venhamos a falar, porque vocês não se interessam pela verdade, só se interessam pela narrativa. O que está escrito no jornal Correio do Povo (Lê.): “Deputada estadual é condenada por empurrão em Alexandre Bobadra na Câmara de Porto Alegre.” Condenada por empurrão, e vocês estão fazendo uma moção de solidariedade a ela pelo fato de ela ter sido condenada, ou seja, vocês estão se solidarizando com empurrão, é isso? É o que

parece, porque, se estão se solidarizando com a deputada por ter sido condenada, só podem estar se solidarizando com o fato de ela ter feito um empurrão, cometido um crime e ter sido condenada. Só pode ser isso. Temos aqui uma decisão judicial, depois de Ministério Público, de todo o processo tendo ocorrido, que fala que ela tem que ser condenada a pagar uma multa. Foram convertidos os dias de detenção – ela foi condenada à detenção – em uma multa, uma multa ridícula, mas foi aprovada uma multa pela justiça para deputada por ter cometido um crime aos olhos da justiça. Não é ninguém de nós que está falando isso, é a justiça. Mas, se vocês estão relativizando a violência – parece que estão acostumados, porque estupro lá em Israel parece que agora pode –, vocês relativizam em nome da causa política de vocês. Então, não interessam os fatos, interessa quem faz e quem está do lado de vocês para vocês defenderem, mesmo tendo cometido a injustiça. Vou mostrar para vocês o vídeo do empurrão, talvez refresque a memória de vocês. Não vai dar para ver aqui, mas eu coloco depois na internet para vocês poderem ver a deputada, na época vereadora, lá atrás, lá onde está o pessoal do PCdoB, e quando o Ver. Bobadra foi aqui na frente fazer uma fala, um aparte, ela veio e empurrou, e foi condenada por isso. “Ah, mas não sei o quê, o vereador cassado”... Eu não sei, ele foi cassado por isso? Eu acho que foi cassado por outros fatos jurídicos da época da campanha, não foi cassado por isso. Faz parecer que ela que ele foi cassado porque bateu nela. Na verdade foi o contrário, a violência política de gênero aconteceu ao contrário; a vereadora agrediu um homem neste Parlamento. Então vocês estão se vitimizando, tentando inverter a narrativa daquilo que vocês fizeram. Vocês cometeram agressão, a esquerda cometeu agressão contra um parlamentar naquele microfone, está aqui filmado! Vocês querem condenar todo o Parlamento a participar de uma coisa ridícula que é uma moção de solidariedade a uma agressão, quando na verdade é o contrário do que está sendo feito aqui, tinha que ser feita aqui uma moção de repúdio à atitude da vereadora na época, quando ela fez essa agressão e foi condenada. Tanto é que ela cometeu essa agressão que o Judiciário acabou aprovando essa questão. Então só para deixar claro para os vereadores: a moção de solidariedade, pelo jeito, é à agressão, porque se votar a favor vai estar sendo solidário à agressão que um parlamentar sofreu aqui no microfone. Obrigado, Cecchim, pela oportunidade.

Vereador Marcelo Sgarbossa (sem partido): Presidenta Cláudia, eu quero fazer aqui uma espécie de questão de ordem, porque todas as falas – não vou dizer todas, mas a tônica das falas – da tribuna colocam como se a moção fosse uma moção de repúdio à decisão judicial, e não é isso, é uma moção de solidariedade à então Ver.^a Bruna, assim como se pode apresentar aqui uma moção de solidariedade ao então Ver. Bobadra, e mesmo, independente do mérito judicial, você ser solidário a uma pessoa que foi condenada ou foi cassada, etc., então é um gesto de solidariedade. O Ver. Giovanni falou isso na tribuna, mas eu percebi que as falas colocam a força na decisão, como se a moção de solidariedade questionasse decisão judicial. Isso já está sendo questionado um recurso, então não é disso que se trata; se os vereadores forem tomar uma decisão, que entendam

que não estamos votando uma moção de repúdio à sentença judicial e, sim, uma moção de solidariedade à deputada Bruna pela condenação.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Feito o registro, Ver. Marcelo.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Sinceramente eu não sei se cabe aqui, mas na minha opinião a Mesa tinha que declarar nula esta moção porque não cumpre os requisitos básicos de uma moção de solidariedade. Enfim, não faz sentido. Eu declararia nula, ou pediria para eles retirarem.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Feito o registro, Ver. Jessé. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 181/23.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver.^a Cláudia Araújo, que preside esta sessão; demais vereadores, como sempre, os vereadores da esquerda tentam mudar o que está se votando. Uma moção de apoio à deputada e ex-vereadora Bruna por agredir um vereador, porque foi julgado na justiça o restante dos fatos e das discussões a respeito do ex-vereador Bobadra. Todos os outros fatos nada tem a ver com o fato de que ele entra na justiça contra a ex-vereadora por ter sido agredido. Apresenta um vídeo em que alguns vereadores são arrolados como testemunhas, dão seu testemunho, e uma juíza, uma mulher, em cima dos fatos de um acontecimento, de uma disputa pelo microfone, entre o Ver. Pedro Ruas, ex-vereador Alexandre Bobadra e o vereador, hoje deputado, Matheus Gomes, que estava na fila, a ex-vereadora Bruna entra e dá um encontrão, agride o ex-vereador Alexandre Bobadra. É isso que está se discutindo. Outras discussões políticas que houve na Casa entre o ex-vereador Alexandre Bobadra e a ex-vereadora Bruna são outros episódios. Nós estamos discutindo o episódio em que a deputada, na época, vereadora, agride, e tem um vídeo que foi apresentado na justiça e que foi julgado pela juíza Lisiane, uma juíza mulher, que decide que houve, sim, uma agressão e que ela foi punida. Bom, ela tem o direito de recorrer na justiça, ela foi julgada, foi condenada e agora quer uma moção de apoio à condenação de um ato que foi julgado por uma juíza. Então, se eu votar favoravelmente à moção da deputada Bruna, em primeiro lugar estou indo contra a decisão de uma mulher, a juíza Lisiane, e vou ser favorável à mulher, porque ela é negra, é uma mulher e tem diferença ideológica, mas agrediu um colega vereador, fato que não é corriqueiro, nesta Casa, de agressões. Discussões acaloradas já acompanhei muitas, já participei de disputas partidárias, ideológicas, mas nunca nos agredimos. Ficou claro, existe um vídeo que comprova que a ex-vereadora Bruna agride o ex-vereador Bobadra, é isso que nós estamos discutindo, e que uma juíza, visto os vídeos, escutadas as testemunhas, julgou que ela cometeu um crime, conforme o Código Penal, e deu uma punição para ela. Como que eu vou votar favorável a uma moção que é favorável à Bruna, na verdade, se eu ver por um outro ângulo, ela é contra a decisão de uma juíza; votarei

contra a decisão de uma juíza mulher. Então, eu acho que seria mais prudente os vereadores do PCdoB, PSOL e PT retirarem esta moção, porque nos coloca numa situação difícil votar contra a juíza Lisiane, por ela ter tomado uma decisão em cima de um vídeo, e sobre a postura errada de um parlamentar que agrediu outro parlamentar. É isso que nós estamos julgando aqui. É muito mais prudente vocês retirarem, do que eu que me sinto constrangido votar contra a decisão da juíza Lisiane, que decidiu em cima de fatos, não é ideologia, porque a juíza decide em cima de fatos e decisão judiciária, decisão de juiz, se cumpre; e depois, se quiser, pode discutir em outra instância. Mas no momento se cumpre. É isso que eu sempre aprendi. Então tem uma decisão de uma juíza, espero que se cumpra a decisão, e eu não gostaria de votar contra a moção, não gostaria de votar contra uma ex-colega, mas também não posso votar contra a decisão de uma juíza, mulher, em cima de fatos. Seria mais prudente que o PCdoB retirasse esta moção, e nos poupasse de ter que votar contra uma moção de solidariedade, porque, na verdade, é uma moção contra um ato da justiça. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht e pela Ver.^a Comandante Nádia, o Requerimento nº 181/83. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze vereadores presentes. Não há quórum. (18h40min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Alvoní Medina está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, queria falar rapidamente aqui sobre uma questão, perguntar se vocês lembram daquele pessoal que dizia que o Lula era inocente? Hoje esse pessoal diz que o Hamas não é terrorista. E esse mesmo pessoal é contra vocês terem o direito a se armar legalmente, mas não condenam com veemência o que aconteceu no Oriente Médio, provocado por extremistas islâmicos. Dá para ver que esse pessoal, na verdade, nunca se preocupou, de fato, nem

com a verdade, nem com os direitos humanos, nem com as mulheres, nem com as crianças, nem com os idosos, nem com os jovens, nem com ninguém. Na verdade, eles estão utilizando de maneira sorrateira a nossa confiança na boa-fé das pessoas para nos condenar contra fatos. São coisas que a gente não pode deixar de levar em consideração. Eu tenho medo... De que eu tenho medo? Não sei se vocês perceberam, mas, cada vez mais, nós estamos nos aproximando do risco de uma terceira guerra mundial, e o meu medo se baseia no fato de que, com este governo que nós temos agora, é provável que nós entremos no lado errado da história. Com o governo que acabou de passar, nós teríamos um alinhamento muito mais próximo com os Estados Unidos, Europa – esse grupo de aliados que lutou lá no passado contra o fascismo, contra o nazismo. Agora, diferentemente, o governo de esquerda, provavelmente e infelizmente, está muito mais alinhado com o neonazismo do que com o direito das pessoas que, de fato, merecem ser protegidas, no caso, a população judaica de Israel, a população ucraniana que está sofrendo com a injusta agressão trazida pela Rússia meramente para conseguir invadir território. Então, tenho medo de que, com este governo de esquerda que tem pretensões totalitárias aqui no Brasil, nós entremos no lado errado da história e acabemos nos aliando – como está parecendo que vai acontecer por conta do governo Lula – com Irã, Rússia, China, esses países que não respeitam direitos humanos e não respeitam as pessoas. Esse é um temor que eu tenho e que eu acho que é importante ser colocado. E pasmem vocês, recentemente, na verdade ontem, a presidência do Conselho de Segurança da ONU, que é rotacionada ao longo dos meses, neste mês, caiu para o Brasil presidir. E o que aconteceu? O Brasil, presidindo o Conselho de Segurança da ONU, fez uma resolução que, felizmente, foi reprovada. Uma resolução que dizia que os palestinos do Norte não deveriam ser evacuados para o Sul. Felizmente, foi reprovada! O que queria o governo brasileiro fazendo uma resolução para impedir a evacuação dos palestinos do Norte indo para o Sul? Queria manter os civis como escudos para os terroristas do Hamas. Isso não é elucubração, *fake news*, não. Ontem, no Conselho de Segurança da ONU, o Brasil propôs que os civis não fossem evacuados para servirem como escudo para que, caso venha a bomba dos israelenses para atingir os terroristas, pegue também os civis. E vêm aquelas imagens das crianças sendo impactadas, das idosas sendo impactadas, das pessoas civis sendo impactadas. Então, nunca o Brasil deste governo se preocupou com crianças, idosos e pessoas civis, só quer utilizar como uma narrativa política esse conflito que foi iniciado pelo Hamas, para tentar promover uma agenda política. Lembrando que as minorias, LGBTs, pessoas que compõem as minorias que a esquerda diz defender aqui no Brasil são as mais prejudicadas por esses extremistas que eles defendem. Não sabem que é um tiro no pé, na verdade sabem, só que usam isso apenas como uma narrativa política e não, de fato, para defender as minorias. Valeu, estamos juntos.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): O povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão tem visto a situação gravíssima do conflito no Oriente Médio, e eu, lamentavelmente, tive que ouvir o colega Jessé falar que a esquerda apoia extremistas. Não! A esquerda não apoia os terroristas de direita! Esses são os extremistas! Esses que destruíram o Brasil, a esquerda não apoia. Isso, o senhor tem que ouvir. Fique para ouvir, ouça, fique tranquilo, fique em paz, coisa que não está acontecendo no Oriente Médio. A destruição das vidas, a destruição do povo, a destruição da Palestina; a Palestina já perdeu mais da metade do território, aí, isso está tranquilo, ele não falou aqui. Em cinco minutos, ele não lembrou de história, mas eu vou convidá-lo: Nós temos, Ver. Jessé, muitas escolas abertas, e o senhor pode se matricular para ter algumas aulas de história, história recente do século XX, não precisa estudar tudo – gregos, romanos, idade média –, só estude os conflitos após a 2ª Guerra Mundial, vereador. O senhor estará bem informado, que é isso que está lhe faltando, porque vir aqui dizer que a esquerda apoia terrorista... Não existe isso, vereador! Por favor, tome tenência, se constitua como parlamentar da cidade, defendendo o povo que está nos alagados hoje aqui. Veio aqui e não falou nada dos alagados, porque ele deve estar tranquilo com a rodinha dele por aí, aquela rodinha que ele circula na Ipiranga, é um automóvel diferente, mas ele não lembra que o povo está alagado neste momento no bairro Lami. Ele não lembra que a turma dele ajudou a privatizar a Equatorial, que está o poste lá na Av. Edgar Pires, e ninguém tira o poste do lugar. Estão lá aqueles fios de alta tensão, a árvore caída, e esse problema, para o vereador... Agora o senhor foi alçado, antes o senhor era o vereador federal que discutia Brasília, Bolsonaro, Brasília; agora o senhor é o vereador internacional, porque entende do conflito do Oriente Médio.

(Aparte antirregimental do Ver. Jessé Sangalli.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eu fico estupefato com a sua capacidade de debater temas importantíssimos para Porto Alegre. E quero dizer de novo, se não está claro, que a esquerda não aceita guerra, a esquerda não toma lado em guerra, a esquerda é contra a morte, a esquerda é a favor da vida, é a favor da paz. A esquerda quer que todo mundo tenha um estado de direito, a esquerda não quer que alguns tenham estado para alguns e para outros não. Mas o senhor vem aqui e parece que quer fazer aquilo que alguns brasileiros alimentam, uma massa, a lacração. Lacração não, nós queremos que o senhor cobre do Sebastião Melo aqui no bairro Mário Quintana, na periferia, sobre mortes e mais mortes. O que o prefeito está fazendo? Qual é a política cultural para acabar com essas mortes? Para acabar com a juventude caindo no colo das injustiças sociais, sendo sequestrada? Não, nós queremos o debate sobre Porto Alegre; nos interessa, sim, a paz do mundo, mas antes da paz do mundo, nós queremos paz em Porto Alegre, nós queremos serviço público de qualidade, educação... Então, Ver. Jessé, singelamente e generosamente, eu lhe peço apoio, nos ajude, nos ajude a fazer mais escolas. Vinte e nove mil crianças fora de escola, porque este prefeito não constrói escolas novas. Ajude-nos, porque energia, força, vontade, o senhor vem aqui para trazer um debate internacional

que importa, mas importa antes o pagador de impostos, quem paga o meu salário, quem paga o seu salário na Câmara, quem paga o salário de quem trabalha aqui. Ter 29 mil crianças fora da sala de aula é algo inadmissível. Eu quero ouvi-lo, vou aguardar até quarta-feira para que o senhor me responda aqui qual é a sua ação para as 29 mil crianças sem sala de aula e Porto Alegre sem escola. Para concluir, deixo aqui o meu abraço a V. Exa. e espero que V. Exa., na quarta-feira, me responda sobre as escolas que nós precisamos produzir nesta cidade. Eu quero, sim, mais escolas na Palestina, mas eu também quero escolas em Porto Alegre.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0327/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 166/23, de autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, que institui o ObservaPOA – PSI no Município de Porto Alegre. (SEI 215.00042/2023-01)

PROC. Nº 0604/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 349/23, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que regulamenta a prestação de serviço de transporte individual de passageiros denominado mototáxi no Município de Porto Alegre. (SEI 220.00139/2023-08)

PROC. Nº 0780/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 455/23, de autoria do Ver. José Freitas, que revoga o inc. III do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.533, de 2 janeiro de 2014, que cria o Programa Parada Segura. (SEI 034.00326/2023-16)

PROC. Nº 0922/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 548/23, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, que declara como bem cultural de natureza imaterial do Município de Porto Alegre a Banda Municipal de Porto Alegre. (SEI 038.00076/2023-11)

PROC. Nº 0327/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 133/20, de autoria do Ver. Adeli Sell, que declara de utilidade pública o Complexo Esportivo Barro Vermelho. (desarquivado pelo Ver. Jonas Reis) (SEI 022.00238/2020-75)

PROC. Nº 0916/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 543/23, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que declara como patrimônio histórico e cultural do Município de Porto Alegre o imóvel localizado na Rua Furriel Luiz Antônio de Vargas, 135, Bairro Bela Vista – Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Maria Thereza da Silveira. (SEI 207.00030/2023-86)

PROC. Nº 0948/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 563/23, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que permite o funcionamento de entidades destinadas à prática e ao treinamento de tiro desportivo sem restrição de horário e sem necessidade de distanciamento mínimo de quaisquer outras atividades no Município de Porto Alegre. (SEI 036.00135/2023-44)

PROC. Nº 1002/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 589/23, de autoria do Ver. Pablo Melo, que denomina Rua Pedra do Rei o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 5148, localizado no Bairro Campo Novo, na comunidade Chapatral. (SEI 218.00061/2023-26)

PROC. Nº 1006/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 591/23, de autoria do Ver. Cláudio Conceição, que inclui a efeméride Dia do Combate e Conscientização contra os Alagamentos no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 8 de setembro de cada ano. (SEI 144.00013/2023-21)

PROC. Nº 1009/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 592/23, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que inclui a efeméride Semana de Conscientização e Incentivo ao Diagnóstico Precoce do Retinoblastoma no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que incluir o dia 18 de setembro. (SEI 021.00252/2023-12)

PROC. Nº 1025/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 604/23, de autoria do Ver. Juan César Savedra, que inclui a efeméride Dia da Ordem DeMolay no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 24 de março. (SEI 245.00004/2023-10)

PROC. Nº 0704/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 058/23, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Dr. Alceu Gomes Correia Filho. (SEI 215.00072/2023-17)

PROC. Nº 0863/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 064/23, de autoria da Mesa Diretora, que autoriza a Câmara Municipal de Porto Alegre a filiar-se à Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL). (SEI 014.00023/2023-13)

PROC. Nº 1016/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 077/23, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede o Diploma Honra ao Mérito a Raquel Lomando de Assis. (SEI 039.00109/2023-13)

PROC. Nº 0933/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 025/23, que cria 45 (quarenta e cinco) cargos de Profissional de Educação Física e extingue 4 (quatro) cargos de Recreacionista e 150 (cento e cinquenta) cargos de Operário, todos de provimento efetivo, no Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo da Administração Centralizada do Município de Porto Alegre, constante da letra “a” do Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, e alterações posteriores. (SEI 118.00553/2023-31)

PROC. Nº 0945/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 561/23, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, que denomina Rua Terezinha Carmen Moreira o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Cinco Lot. Liberdade, CTM 8083149, localizado no Bairro Farrapos. (SEI 019.00149/2023-85)

PROC. Nº 0982/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 581/23, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Marcos Ferreira Barcelos. (SEI 039.00099/2023-16)

PROC. Nº 0994/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 586/23, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Roberto Dimari Rodrigues. (SEI 039.00106/2023-80)

PROC. Nº 0998/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 074/23, de autoria do Ver. Tiago Albrecht, que concede a Comenda Porto do Sol a Marcel van Hattem. (SEI 298.00059/2023-87)

PROC. Nº 0999/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 587/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia da Equoterapia no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 10 de agosto. (SEI 024.00216/2023-56)

PROC. Nº 1001/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 588/23, de autoria da Ver^a Biga Pereira, que inclui a efeméride Semana de Conscientização do Clímatério e da Menopausa no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações

posteriores, na semana iniciada pelo dia 18 de outubro, e dá outras providências. (SEI 299.00132/2023-10)

PROC. Nº 1011/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 594/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina José da Cruz Duarte o logradouro público não cadastrado conhecido como Beco E BC da Vitória, localizado no Bairro Boa Vista do Sul. (SEI 165.00198/2023-52)

PROC. Nº 0992/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 073/23, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que concede a Comenda Porto do Sol ao Senhor Aod Cunha de Moraes Junior. (SEI 036.00139/2023-22)

PROC. Nº 1005/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 075/23, de autoria do Ver. Pablo Melo, que concede a Comenda Porto do Sol à Sociedade dos Amigos dos Balneários de Ipanema – SABI. (SEI 218.00063/2023-15)

PROC. Nº 1015/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 076/23, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede a Comenda Porto do Sol ao Centro Comunitário Orfanatório. (SEI 039.00108/2023-79)

PROC. Nº 0852/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 063/23, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao Andrade Maia Advogados. (SEI 037.00243/2023-16)

PROC. Nº 0894/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 530/23, de autoria da Verª Biga Pereira, que assegura a isenção das taxas de inscrição em concursos públicos e processos seletivos do Município de Porto Alegre às candidatas lactantes. (SEI 299.00114/2023-38)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h52min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *